

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
RELAÇÕES PÚBLICAS**

LEONEL LOPES ALVES

**A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA LOCAL E MEMÓRIA INSTITUCIONAL:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A USINA CANSANÇÃO DE SINIMBU E SEU PO-
VOADO**

**MACEIÓ-AL
2021**

Leonel Lopes Alves

A relação entre história local e memória institucional: um estudo de caso sobre a Usina Can-
sanção de Sinimbu e seu Povoado

Monografia apresentada como requisito parcial pa-
ra obtenção do grau de Bacharel em Relações Pú-
blicas da Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosa Lucia Lima da Silva
Correia

Maceió-AL
2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecário: Cláudio César Temóteo Galvão – CRB4/1459

A474r Alves, Leonel Lopes.
A relação entre história local e memória institucional: um estudo de caso sobre a
Usina Cansação de Sinimbu e seu povoado / Leonel Lopes Alves. – 2021.
76 f.: il.

Orientador: Rosa Lucia Lima da Silva Correia.
Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso em Relações Públicas) –
Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências, História, Comunicação e
Artes. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 63-68.
Apêndices: f. 69-76.

1. Memória. 2. História. 3. Relações públicas. I. Título.

CDU: 659.4



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA)
Curso de Relações Públicas
ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TCC para obtenção do grau de Bacharel em Relações Públicas
(antigo bacharelado em Comunicação Social – hab. Relações Públicas)

Aos 30 de novembro de 2021, das 14:00h às 15:50h, realizou-se no Curso de Relações Públicas (antigo curso de Comunicação Social), da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), na plataforma Google Meet, a sessão de apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado "**A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA LOCAL E MEMÓRIA INSTITUCIONAL: O POVOADO SINIMBU E A USINA CANSANÇÃO DE SINIMBU**" do graduando Leonel Lopes Alves, matrícula 13111227, do Curso de Relações Públicas (antigo curso de Comunicação Social - habilitação Relações Públicas), como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Bacharel. A banca foi composta pela Profa. Dra. Manuela Raul de Almeida Callou (1ª examinadora), Profa. Especialista Rose Cristine da Silva Leite Damas (2ª examinadora) e pela Profa. Dra. Rosa Lucia Lima da Silva Correia (orientadora). Após exposição oral sintetizando o TCC, o(a) graduando(a) foi arguido(a) pelos membros da banca e em seguida respondeu aos questionamentos levantados. Ao fim da sessão, a banca se reuniu em particular o TCC foi considerado:

- (x) Aprovado, atribuindo-lhe a nota 9,5
 () Reprovado
 () Aprovado, condicionado a reformulação, devendo o graduando entregar uma segunda versão de seu trabalho em prazo não superior a _____ dias úteis.
Subscrevemo-nos

Rosa Lucia Lima da Silva Correia
Siape 2412259

Manuela Rau de Almeida Callou
Siape 2089003

Rose Cristine da Silva Leite Damas

Para meu pai, **Leonel Alves da Silva**, que,
primeiramente, me ensinou o valor das
memórias e depois foi morar nelas.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para realização desse trabalho. Não foi fácil chegar até aqui. Primeiramente, agradeço a meus pais Leonel (em saudosa memória) e Naila que me deram a vida e cuidaram que tivesse uma educação de qualidade. Não poderia deixar de agradecer a Escola Benedito Silveira Coutinho, localizada no Povoado Sinimbu, na pessoa de sua eterna diretora Luiza Soares, pelo alicerce intelectual que estabeleceu ainda em meus primeiros anos e sob o qual construí um edifício de saberes. Sou grato, ainda, por minha esposa Jéssica sem a qual, provavelmente, não chegaria até aqui. Foi ela quem me colocou na rota correta, fazendo-me perceber que de pouco adianta ter potencial se ele não for aplicado em algo útil. *Obrigado, meu amor!* Gostaria de deixar um agradecimento especial a todos os entrevistados que contribuíram para a realização desse trabalho: por abrirem suas casas e seus corações. Não poderia esquecer os amigos Márcio Araújo, pelo companheirismo de sempre, e Elson Vieira, pela compreensão dispensada durante esse período, no qual tive que me afastar de muitas das minhas funções. Por fim, gostaria de agradecer a todos os meus professores pela paciência, apoio e incentivo, principalmente, a minha coordenadora Dr^a. Manuela Callou – *sei o quanto aperreei a senhora* – e minha orientadora, Dr^a. Rosa Correia, que abraçou esse trabalho com entusiasmo, acreditando na viabilidade do projeto e oferecendo os recursos necessários ao seu desenvolvimento. **A todos vocês, muito obrigado.**

Aí, o que eu pensei: “Tá, beleza, Sinimbu acabou. Todas essas histórias eu conheço, você conhece, eles conhecem também. Mas, vai se apagar.” Eu não vou viver pra sempre, nem você, e, a forma de você manter a história viva é isso, é você registrando, fazendo registro, né? Seja por meio de escrever um livro, um documentário, uma página.

(Cristiano Cardoso¹)

¹ Entrevista concedida para o estudo de caso “A relação entre história local e memória institucional: um estudo de caso sobre a Usina Cansação de Sinimbu e seu povoado”, realizada no dia 12 de setembro de 2021.

RESUMO

O estudo de caso “A relação entre história local e memória institucional: um estudo de caso sobre a Usina Cansação de Sinimbu e seu povoado” objetiva promover uma reflexão acerca da relação existente entre história local e memória institucional, utilizando como pano de fundo para suas considerações a Usina Cansação de Sinimbu S/A – empresa do setor sucroenergético fundada em 1893 no atual município de Jequiá da Praia, Alagoas – cujas atividades foram encerradas no ano de 2018. A partir de relatos obtidos em entrevistas qualitativas realizadas com ex-funcionários da organização e moradores antigos e atuais do Povoado Sinimbu – comunidade fundada em 1913 como uma vila de trabalhadores e que sobrevive apesar do fechamento da empresa que era a principal fonte de renda de seus cidadãos – reconstruímos um panorama da história e políticas empresariais que moldaram a instituição no período que vai de 1950 até o fechamento da usina. Utilizando elementos fornecidos pela Memória Coletiva, na perspectiva de Maurice Halbwachs, discutimos o processo de formação da memória social – aqui compreendida como elemento necessário para a formação/reconstituição da Memória Institucional – ao priorizar a fala dos indivíduos que constituem aquela organização. Assim sendo, tal perspectiva promove uma subversão da noção dominante no campo das Ciências Sociais de privilegiar a utilização de relatos escritos e outros documentos, que, por vezes, atuam como ferramentas de dominação/reprodução ideológica ao refletir a perspectiva das classes dominantes. Assim, o presente trabalho apresenta as vantagens e desvantagens da utilização das narrativas de indivíduos como procedimento metodológico para a reconstrução da história das organizações e sua utilização pelo profissional de Relações Públicas, com foco especial produção de relatos institucionais mais fidedignos e comprometidos com uma visão de mundo que dê voz às classes subalternas.

Palavras-chave: Memória. História. Relações Públicas.

ABSTRACT

The case study "The relationship between local history and institutional memory: a case study on the Usina Cansanção de Sinimbu" aims to promote a reflection on the relationship between local history and institutional memory using as a background for its considerations Usina Cansanção de Sinimbu S/A, a company in the sugar-energy sector founded in 1893 – in the current municipality of Jequiá da Praia, Alagoas – whose activities were closed in 2018. Based on reports obtained from qualitative interviews carried out with former employees of the organization and former and current residents of Povoado Sinimbu – a community founded in 1913 as a village of workers and which survives despite the closure of the company that was the main source of income for its citizens – we reconstructed a panorama of history and business policies that shaped the institution in the period from 1950 to the closing of the plant. Using elements provided by Collective Memory, from the perspective of Maurice Halbwachs, we discuss the process of formation of social memory – here understood as a necessary element for the formation/reconstitution of Institutional Memory – by prioritizing the speech of the individuals who constitute that organization. Therefore, such perspective promotes a subversion of the dominant notion in the field of Social Sciences of privileging the use of written reports and other documents, which sometimes act as tools of ideological domination/reproduction by reflecting the perspective of the dominant classes. Thus, the present work presents the advantages and disadvantages of using individual narratives as a methodological procedure for reconstructing the history of organizations and its use by the Public Relations professional, with a special focus on the production of more trustworthy institutional reports. and committed to a worldview that gives voice to the lower classes

Key words: Memory. History. Public Relations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
TCC	Trabalho de Conclusão do Curso
NBR	Norma Brasileira
IAA	Instituto do Açúcar e Alcool
POP	Procedimentos Operacionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE	19
1.1 DEFINIÇÃO DE HISTÓRIA ORAL.....	19
1.2 A RELAÇÃO ENTRE IDENTIDADE E MEMÓRIA: ALICERCES DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL.....	20
2 A USINA CANSAÇÃO DE SINIMBU E SEU POVOADO	24
2.1 FUNDAÇÃO DA EMPRESA E ESTABELECIMENTO DO POVOADO.....	30
2.2 CARACTERÍSTICAS DO POVOADO SINIMBU.....	36
2.2.1 Comércio e economia local.....	36
2.2.2 Infraestrutura e Administração Pública.....	40
2.2.3 Condições de vida e moradia.....	42
2.2.4 Aspectos da vida cotidiana.....	44
2.2.5 O Povoado Sinimbu após o encerramento das atividades da empresa.....	48
3 RELAÇÕES PÚBLICAS E MEMÓRIA: O PAPEL DAS REDES SOCIAIS	50
3.1 AS MÍDIAS SOCIAIS COMO REPOSITÓRIOS DE MEMÓRIA: O PERFIL <i>PERSONGENS E HISTÓRIAS</i>	54
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
APÊNDICES	69
APÊNDICE A.....	69
ANEXOS	70
ANEXO A.....	70

INTRODUÇÃO

A memória é um aspecto fundamental do ser e do devir, intimamente ligado ao espaço, tempo, lugar, paisagem, emoção, imaginação e identidade. Assim sendo, é preciso cuidado na hora de descrever grupos e/ou realidades específicas que só podem ser alcançadas através dos relatos orais das pessoas que viveram tais episódios.

Numa investigação dessa natureza é possível explicitar os mecanismos de construção e socialização da memória. Para tanto, é necessário explorar o papel desempenhado pela memória individual (a biografia) e na produção da memória comunitária, assim como se dão os processos de mistificação historiográfica da memória local/regional/nacional que se reproduzem no ambiente doméstico. Somente assim será possível investigar a memória do trabalho, das empresas e as construções e representações espaciais, perspectiva imprescindível para os fins propostos pelo trabalho.

Este estudo de caso teve como objetivo contar a história da Usina Cansação de Sinimbu², indústria sucroalcooleira que funcionou no município de Jequiá da Praia de 1893 a 2018, bem como de sua vila operária e seu desenvolvimento até se tornar um povoado – o Povoado Sinimbu –, estabelecendo as relações entre memória coletiva³ e memória institucional no âmbito das ações de Relações Públicas, através de uma investigação qualitativa⁴ conduzida por meio entrevistas realizadas no período de abril a setembro de 2021.

Na pesquisa de campo foram adotadas duas abordagens: a técnica da entrevista⁵,

² A empresa encerrou as atividades de fabricação de açúcar em bruto em 2018, após 125 anos de atuação no setor sucroalcooleiro alagoano. No Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) consta, entretanto, que a situação cadastral da empresa é ativa e que a mesma se encontra em Recuperação Judicial. Outro dado interessante é que mesmo tendo iniciado suas atividades no ano de 1893, sua formalização só se deu em 22 de agosto de 1966. (INFORME CADASTRAL, s/d)

³ “A memória coletiva, propriamente dita, é o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva.” (SHCMIDT; MAHFOUD, 1993)

⁴ Uma investigação qualitativa não se estabelece mediante a operacionalização de variáveis definidas a priori, pois seu objetivo não é mensurar determinadas realidades (reduzindo-as a dados estatísticos), mas estudar os fenômenos em toda a sua complexidade e em um contexto natural. Tal procedimento “privilegia a compreensão dos comportamentos dos sujeitos a partir das interpretações que os mesmos fazem sobre esses comportamentos. Sem partir de verdades absolutas, o investigador preocupa-se em compreender detalhadamente e aprofundadamente o que é que os sujeitos pensam e como é que desenvolvem os seus quadros de referência”. (VIEIRA; VIEIRA, 2018)

⁵ “A entrevista pode ser definida como um processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado. Enquanto técnica de obtenção de informações, trata-se de uma conversa interessada, orientada pelo entrevistador para fins de pesquisa, pela qual objetiva-se apreender informações sobre o comportamento e a consciência dos sujeitos investigados, tanto quanto possível, em seu estado dado, objetivo. Quer dizer, com a entrevista busca-se recolher certas informações concernentes a um objeto específico. Entrevista-se porque acredita-se que o entrevistado detém informações que, transmitidas ao entrevistador, podem ajudar a elucidar questões.” (COLOGNESE; MÉLO, 1998, p. 143)

principal instrumento de registro das expressões orais dos informantes e o registro no diário de campo⁶ das conversas informais. Porém, antes do trabalho de campo, foi preciso estabelecer as bases sobre as quais se assentariam as discussões e o referencial teórico das categorias em análise – tarefa que facilita e enriquece com novos *insights* o processo de investigação já que, segundo a pesquisadora Rosa Correia (2016, p. 30), o mapeamento das fontes teóricas possibilita o diálogo com trabalhos análogos, evidenciando os caminhos e processos de pesquisa empreendidos por aqueles que buscaram compreender o objeto anteriormente, assim como novas e importantes contribuições para a compreensão do problema de estudo realizado.

O estudo de caso se iniciou com uma discussão sobre memória coletiva, tendo em Maurice Halbwachs sua principal referência, mas não exclusivamente. Para aprofundar essa discussão, foram utilizados alguns insights retirados da obra de Michael Pollak. Daí partindo para reflexões sobre memória individual, social e o papel desempenhado por essas instâncias de memória, vinculados ao lugar e a identidade na formação da Memória Institucional – com um olhar especial na obra de Paulo Nassar, o principal divulgador da prática da Memória Institucional no Brasil.

Seguindo, temos no trabalho de Cicero Ferreira de Albuquerque (que faz referência a Diegues Júnior e Beatriz Heredia, entre outros) uma fonte valiosa para as discussões em torno da presença da indústria sucroalcooleira em Alagoas, o impacto da monocultura canavieira na formação do Estado e sua influência nas relações econômicas, sociais e culturais da região.

O trabalho discutiu, ainda, o papel das mídias sociais na preservação da memória e a apropriação dessas plataformas pelos segmentos menos favorecidos da sociedade para reconstrução, divulgação e preservação da própria história, através da perspectiva de Raquel Recuero e sua discussão sobre redes sociais *online* e *offline*; e a apropriação dessas plataformas digitais pelas classes subalternas como ferramentas de luta contra a exploração no modo de produção capitalista e reconstituição da própria história.

No que tange às entrevistas, um grande desafio para o desenvolvimento da pesquisa foi a falta de acesso a registros escritos sobre a Usina Cansação de Sinimbu que pudessem

⁶ “Tal modalidade de escrita compreende a descrição dos procedimentos do estudo, do desenvolvimento das atividades realizadas e também de possíveis alterações realizadas ao longo do percurso da pesquisa, além de servir como uma narrativa textual das impressões do(a) pesquisador(a). No diário se traz para o debate os conhecimentos e saberes dos(as) pesquisadores(as), propostas e ações, suas angústias, desejos, avanços e dificuldades (Pezzato & L'abbate, 2011). Desta forma, o diário de campo também se constitui como ferramenta de intervenção ao provocar reflexões sobre a própria prática de pesquisa e das decisões em relação ao planejamento, desenvolvimento, método de análise e divulgação científica.” (KROEFF; GAVILLON; RAMM, 2020, p. 466)

corroborar algumas das informações concedidas. A falta desta documentação adicional demandou maior cuidado na utilização dessas falas, visto que a fala é algo carregado de ideologia⁷. O pesquisador Cícero Ferreira de Albuquerque afirma que

a fala é área complexa, vulnerável, carregada de ideologia e, do mesmo modo que é um campo privilegiado de investigação, tem seus limites. Assim sendo, não se deve sublimar as falas. É preciso tratá-las com cuidado, complementá-las com outras informações oriundas da coleta de dados estatísticos, quantitativos e com variadas referências bibliográficas. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 24)

As entrevistas forneceram muitos subsídios para reconstruir a memória da instituição e da comunidade – e foi pretensão desse trabalho ajudar nesse processo de resgate – mas é preciso ter em mente que a memória coletiva está condicionada aos significados que os próprios indivíduos dão aos fatos vividos que se reflete desde a escolha de palavras, até o que enfatizar ou ignorar (HALBWACHS, 2003, p.65).

Sobre a escolha dos participantes da pesquisa, os critérios foram a idade (privilegiando pessoas idosas), o tempo de moradia na comunidade e tempo de trabalho na empresa. Caso essa pessoa não fosse mais moradora do povoado, foi avaliada a importância de sua trajetória pessoal/profissional para a compreensão do quadro geral. Em um caso particular, a escolha dos entrevistados se deu por mero acaso e conveniência. Foi o que aconteceu quando entrevistamos o casal de idosos Seu Zequinha e Dona Francisca. Após o término da entrevista, estes nos guiaram até uma família com mais de noventa anos de história no Povoado Sinimbu o que se mostrou um achado oportuno dada a quantidade de informações que o casal possuía sobre o desenvolvimento da comunidade e políticas da empresa.

Continuando, era importante para o objetivo da pesquisa que os entrevistados tivessem interlocução tanto na comunidade quanto na empresa. Por sua natureza, uma usina é uma indústria, mas depende em grande medida das atividades realizadas no campo, no plantio, manejo e corte da cana-de-açúcar. Portanto, os entrevistados deveriam ser capazes de oferecer informações que abarcassem desde o cotidiano da vila, como atividades sociais, culturais e esportivas, assim como o dia a dia da empresa, suas políticas internas, ações,

⁷ Segundo o filósofo alemão Karl Marx, “na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção, que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (MARX; ENGELS, 1977, p.301).

gestão, etc.

As entrevistas foram realizadas nos municípios de Jequiá da Praia (Povoado Sinimbu), São Miguel dos Campos e Maceió. Por conta do prazo exíguo e da quantidade de material a ser processado, encerramos essa pesquisa tendo entrevistado dez pessoas, sendo um ex-gerente administrativo, um ex-tesoureiro, um professor, um técnico agrícola, um topógrafo, dois trabalhadores rurais, duas donas de casas e um comerciante, o que resultou em mais de quinze horas de filmagem e aproximadamente cento e cinquenta páginas em transcrições. Após a realização das entrevistas, o trabalho continuou com a transcrição das entrevistas e a separação das citações por temas.

O estudo de caso está dividido em três partes: Na primeira, apresentamos uma discussão sobre memória individual, coletiva e social, verificando as possibilidades abertas pela metodologia da História Oral como ferramenta para o resgate da memória institucional de uma determinada organização; Na segunda parte, faço um relato acerca da história, políticas e demais aspectos da Usina Cansação de Sinimbu e do povoado circundante baseado nas falas dos entrevistados; Na terceira parte conduzo uma discussão sobre a importância das mídias sociais na preservação da memória, elencando algumas iniciativas nesse sentido e como o profissional de Relações Públicas pode utilizar essas ferramentas em seu favor. Por fim, encerro com uma discussão acerca das potencialidades na utilização de relatos orais como ferramenta de reconstrução da memória institucional e como referencial metodológico a ser incorporado na práxis do profissional de Relações Públicas.

Esperamos, assim, contribuir para um maior entendimento quanto ao papel desempenhado pelo profissional de Relações Públicas no resgate da memória institucional em organizações sucroalcooleiras e como a utilização de relatos orais favorecem e facilitam esse processo, devolvendo a história às pessoas em suas próprias palavras (THOMPSON, 1998, p. 337). Ao trazer as falas dos ex-funcionários da Usina Cansação de Sinimbu e tratá-las como elemento central desse processo de reconstrução histórica, acreditamos fortalecer o debate sobre o tema, assim como fornecemos reflexões oportunas sobre o papel da cana de açúcar no desenvolvimento social e econômico do estado de Alagoas e quais marcas a exploração da monocultura canavieira deixou nos indivíduos a ela submetidos.

No corpo do texto, sempre que se fizer menção à fala de algum dos entrevistados, essa frase aparecerá em *itálico*, destacando-se assim das citações de estudiosos e pesquisadores que fornecem o alicerce teórico das discussões. Tal medida segue orientação da Associação Brasileira de Normas Técnicas que determina que

Em geral as falas são transcritas exatamente como foram ditas, com os erros de linguagem que apresentarem, ou podem ser editadas pelo autor da tese, nas quais tais erros são eliminados. A transcrição da fala não editada deve ser feita na forma como se apresenta (incorrecções, expressões etc.) seguindo a mesma formação das citações em geral, porém em destaque itálico. (ESPM, s/d.)

Embora a pesquisa nas Ciências Sociais, tenha sido historicamente marcada por estudos que valorizavam a adoção de métodos quantitativos na explicação dos fenômenos de seu interesse, atualmente ela tem lançado mão cada vez mais de abordagens qualitativas de investigação – tradicionalmente utilizados por antropólogos e sociólogos.

Não diminuimos o valor da pesquisa documental, porém, reconhecemos que, às vezes, a mesma pode falhar em resgatar as perspectivas dos indivíduos que, sem a mediação do pesquisador, não deixariam nenhum testemunho registrado análises o que faz com que tenhamos uma história construída pelas classes dominantes. A utilização de relatos orais na pesquisa em comunicação, principalmente como ferramental para construção da Memória Institucional, pode favorecer a promoção de novas abordagens e ângulos de análise e enriquecer as possibilidades de trabalhar qualitativamente.

Ao levantar as percepções de diferentes participantes das organizações, aceitamos a sugestão de Freitas (2002) de ir à origem e destino de toda fonte histórica, ao indivíduo, simultaneamente protagonista e autor das narrativas da experiência humana. Segundo a autora, é exatamente isto que a história oral faz: recorre aos personagens vivos para contar a história do presente.

O trabalho de reconstrução histórica aqui empreendido depende em grande medida das declarações dos personagens selecionados. Foi por meio delas que tentamos construir um panorama acerca das políticas da Usina Cansação de Sinimbu e da vida no povoado, antes e depois da falência da empresa – entendendo que ambas estão intimamente ligadas – ainda que a memória coletiva esteja condicionada aos significados que os próprios indivíduos dão aos fatos vividos, o que se reflete desde a escolha de palavras até aquilo que enfatizam ou ignoram em suas falas.

A maioria dos entrevistados são pessoas com quem convivi na minha infância, adolescência ou fase adulta, em momentos distintos. Aqueles com quem não convivi foram amigos dos meus pais ou tios. Por isso que acredito que esse trabalho não deixa de ser um reencontro com minha própria história. Reencontro com os anos mais felizes da minha vida.

Infelizmente, não pudemos reproduzir na íntegra cada uma das entrevistas. E, principalmente, não foi possível reproduzir em palavras a emoção dos entrevistados ao repassar suas histórias, os risos, as lágrimas, o sentimento vívido de cada descrição por mais simples que fossem as palavras utilizadas ou quem as articulava.

O que vai aqui é, portanto, letra morta, sem vida e sem emoção. Meros registros que não dão conta da riqueza e da grandiosidade das vidas e histórias de cada personagem que abriu seu lar e seu coração. Mas que este pouco possa inspirar o leitor a reconhecer a força e a importância dessa ferramenta metodológica para reconstituir o universo das organizações.

1 MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE

1.1 DEFINIÇÃO DE HISTÓRIA ORAL

História oral é uma ferramenta metodológica que consiste na realização de entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea.

Nesta metodologia, as entrevistas são tomadas como fontes para a apreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro, que permitem ao pesquisador investigar como indivíduos experimentaram e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral.

Segundo as pesquisadoras brasileiras Elisa Yoshie Ichikawa e Lucy Woellner dos Santos,

A história oral é uma história do tempo presente, pois implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral. Nesta medida, a história oral não só oferece uma mudança para o conceito de História, mas, mais do que isto, ela garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a seqüência histórica e a sentirem-se parte do contexto em que vivem. Ela é uma alternativa à história oficial, consagrada por expressar interpretações feitas, quase sempre, com o auxílio exclusivo da documentação escrita e oficial. Ela se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida mantendo um compromisso com o contexto social. (ICHIKAWA; SANTOS, 2003, p. 2)

Dessa forma, a História Oral aparece como uma forma de subversão do conceito de História, pois permite aos indivíduos ressignificar o passado sob as demandas e circunstâncias do presente, através de um passado que se presentifica na fala, imbuídos das interpretações daqueles que viveram certas experiências, ignorando categorias de análises que dão a esses eventos significados alheios àqueles experimentados pelos indivíduos em suas interações sociais.

Na opinião das pesquisadoras Marieta Ferreira e Janaína Amado (2001) a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras do pesquisador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso

sobre seu trabalho. Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar questões; formula as perguntas, porém, não pode oferecer as respostas.

As soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na teoria, seja na teoria da História ou oriundas de outras disciplinas, como a Filosofia, a teoria sociológica, a teoria psicanalítica. Seja qual for a disciplina a que se recorra, o pesquisador encontrará nela os encaminhamentos para suas questões, já que é ela que tem a capacidade de pensar abstratamente questões oriundas da prática, filtradas pela metodologia, produzindo conceitos que iluminam sua compreensão (FERREIRA; AMADO, 2001, p. 12).

É claro que o trabalho com a metodologia de história oral não se encerra no recolhimento de depoimentos, mas compreende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação das falas dos personagens. Exige, antes, a pesquisa e o levantamento de dados para a preparação dos roteiros das entrevistas. Quando a pesquisa é feita por uma instituição que visa a constituir um acervo de depoimentos aberto ao público, é necessário cuidar da duplicação das gravações, da conservação e do tratamento do material gravado.

As histórias orais são, também, ferramentas inestimáveis de gerenciamento. Eles não cobrem apenas o relato cronológico da organização, mas também a história social. Consequentemente, são importantes fontes de pesquisa, principalmente na tomada de decisões quanto ao futuro da empresa. Portanto, as histórias obtidas nas entrevistas constituem-se em um rico acervo de memória social que fornecem o alicerce para a constituição de uma memória insitucional.

1.2 A RELAÇÃO ENTRE IDENTIDADE E MEMÓRIA: ALICERCES DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Os processos de formação da memória são estudados por diversas disciplinas e formalizados conceitualmente em variados termos, que podem incluir abordagens psicológicas, comunicacionais, históricas, entre outras. É preciso, portanto, de acordo com os propósitos previamente estabelecidos na metodologia da pesquisa, reconhecer e definir de forma clara qual abordagem que se pretende dar, para evitar confusões.

Além disso, é preciso fazer uma distinção entre memória individual e memória coletiva. Os trabalhos de pesquisa relacionados à memória individual são, em geral, produzidos no âmbito da Filosofia, da Psicologia, da Psicanálise e demais ciências relacionadas à cognição

humana. Já os estudos relacionados à memória coletiva, por sua vez, encontram suas principais contribuições teóricas nos campos das Ciências Sociais e Linguística.

De uma forma simples, é possível definir a memória individual como a memória biológica, ou seja, aquela que deriva de processos psicológicos básicos. Já a Memória Coletiva, é um processo mais complexo, uma construção grupal que abarca, para além do indivíduo, as representações sociais. Tais representações dão conta de um gama variada de eventos, histórias e personagens de importância social que a memória individual reelabora e resulta na formação da Memória Social.

O trabalho de Maurice Halbwachs tem por objetivo refutar a ideia de que a memória é uma faculdade vinculada à consciência do sujeito isolado, acentuando o caráter coletivo da atividade de recordar, através da noção de quadros sociais⁸. Em seu trabalho, o autor demonstra que só se recorda a partir da referência dos outros, que as recordações dos indivíduos só são possíveis quando se assentam nos quadros sociais estabelecidos pelo grupo ao qual está inserido e que a expressão dessa memória coletiva pode ser rastreada na memória individual. (HALBWACHS, 2004 apud BITENCOURT; SANTOS, 2020).

Mas em que consistem esses quadros sociais e como funcionam? Para Halbwachs (2004), são estruturas lógicas de significado que permitem a reflexão e, por sua vez, a representação de acontecimentos ou pessoas situadas no tempo e no espaço. Os quadros sociais seriam, portanto, constituídos por um conjunto de memórias estáveis que nos permitem enquadrar a nossa memória e reconstruir as nossas experiências.

Ao longo da história todas as sociedades foram obrigadas a produzir um conjunto de representações, de imaginários, que sustentam a coesão. A representação de acontecimentos passados (sejam eventos históricos ou mitológicos) permitem à sociedade unificar e dar sentido ao seu presente. Assim, a memória, ou o resgate do passado, não se trata apenas de um esforço individual, mas de uma confluência entre o individual e coletivo que a reconstrói sob um fundamento comum (HALBWACHS, 1990, p.34).

Na perspectiva do sociólogo, a memória que consideramos como individual está, na verdade, inserida em quadros sociais, sendo, desta maneira, uma memória compartilhada com o coletivo – visto que o indivíduo não está jamais apartado de interações sociais que o moldam e determinam como experimenta a realidade. Assim sendo, mesmo aqueles sentimentos e impressões que considerados os mais íntimos, ganham um fundamento comum. Portanto, é

⁸ “Em Halbwachs, os quadros sociais são muito mais que pontos de referência para as lembranças: eles são a própria condição da vida em sociedade, consistindo nas categorias de entendimento que enquadram toda a experiência humana: a linguagem, o tempo e o espaço.” (GRAEFF; GRAEBIN, s/d, p. 62)

como se a mesma experiência fosse partilhada por várias pessoas (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Entretanto, um dos pontos principais do pensamento de Halbwachs (1990) sobre a memória social é o seu caráter construtivo. Essa construção da memória social se daria por meio da realidade vigente e por intermédio dos recursos oferecidos pela sociedade e pela cultura. Para o autor, a construção da memória coletiva, bem como sua manutenção e atualização dependem em grande parte da interação e comunicação no seio da sociedade.

É importante mencionar que para Halbwachs (1990), a memória pode ser concebida como uma imagem compartilhada do passado, o que fortalece os valores, características, bem como o vínculo social e afetivo entre os membros de determinado grupo, uma vez que todos eles possuem uma memória, uma imagem do passado que lhes é em comum. Consequentemente, ver-se que a memória coletiva ou social é um fator substancial para a consolidação da identidade de um grupo social, assim como sua continuação, ainda que, segundo o autor, a identidade coletiva preceda a memória.

Observamos que a memória, seja ela individual ou coletiva, está muito próxima da construção da identidade. Em concordância com Halbwachs, Pollak (1992), entende que a memória é um fenômeno construído socialmente e individualmente e que, por esse motivo, possui ligação direta com o sentimento de identidade, a qual define como

A imagem que a pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação e também para ser percebida da maneira que quer por outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com outros. (POLLAK, 1992, p.5).

De acordo com o pensamento de Pollak (1992), a memória – traduzida em nossa própria experiência de vida, e as concepções do coletivo – exercem influência na construção da identidade. Ainda sobre a relação existente entre memória e identidade, Halbwachs (1990), afirma que a memória coletiva se desenvolve em quadros espaciais, e que o espaço é uma realidade durável. O espaço ou lugar, portanto, é de suma importância para o fortalecimento e preservação da memória coletiva e da identidade de um determinado grupo social. Esses lugares de memória, seguindo a lógica do autor, são responsáveis pela mediação entre passado e presente.

Assim, uma vez que a memória social está relacionada à cultura, história e contexto sociopolítico de um determinado lugar, podemos considerar que ela é a condição *sine qua non* para a formação da memória institucional, já que a construção uma instituição é um microcosmos onde tais das relações se corporificam – e que, uma vez registradas, se traduzem como parte de sua história.

As Relações Públicas trabalham para tornar a memória institucional das organizações acessível e transparente para seus públicos, bem como são responsáveis pelo gerenciamento de sua imagem. Uma vez que a memória possui um caráter plural e impermanente, em constante criação, desconstrução e renovação de imagens a ela atreladas; a gestão dessas memórias é imprescindível.

A visibilidade que a sociedade tem da história de uma empresa e de seus gestores, pode ser um ingrediente poderoso nos processos de gestão de crises e concorrência. Em meio às adversidades, as empresas e gestores que têm as suas trajetórias, realizações, contribuições e atitudes bem posicionadas na sociedade podem contar com o apoio, a compreensão e a solidariedade dos públicos sociais (NASSAR, 2004, p. 18).

Algumas das atribuições dos profissionais das Relações Públicas é o resgate, planejamento, organização, controle e implementação estratégica da memória institucional, de forma que o passado e o presente da organização dialoguem sinergicamente entre si. Essa harmonização proporcionará a solidificação identitária da marca perante seus públicos e a sociedade, reafirmando seu valor e credibilidade.

Essas são boas razões para o uso planejado de narrativas pelas instituições. O discurso memorialístico é um instrumento fundamental para que as organizações construam a representação de quem são, do que fizeram no passado, e de como usar esse passado na estruturação e projeção de seu futuro.

2 A USINA CANSAÇÃO DE SINIMBU E SEU POVOADO

Antes de iniciar este capítulo, acreditamos ser necessário fazer uma pequena caracterização acerca dos personagens dessas entrevistas já que o trabalho gira em torno de suas declarações e é por meio delas que pretendo construir um panorama acerca das políticas da Usina Cansação de Sinimbu e da vida no povoado, antes e depois da falência da empresa.

Como primeiro entrevistado para elaboração desse estudo de caso, escolhi o Sr. José Roberto da Silva, ou, “Seu Zequinha”, como é por todos conhecido no Povoado Sinimbu. Seu Zequinha tem 85 anos e já vive no povoado há mais de quarenta anos. O pouco que sabíamos a seu respeito era advindo de algumas postagens feita num perfil do *Instagram* (@vovozequinahumorista) por sua neta Larisse Roberta, onde o idoso conta histórias da sua vida. E foi através de sua neta que tivemos a oportunidade de marcar a entrevista.

Marcamos a entrevista para o dia 03 de julho de 2021, às 9h, na residência de seus avós – localizada numa rua conhecida como “Alto da Impuca”, no Povoado Sinimbu. Confirmamos com ela no dia anterior, porém ela afirmou que não estaria no local, mas que deixaria tudo certo com seu irmão para nossa recepção.

No dia marcado, subimos em cima da moto e fomos em direção ao meu lar pretérito, cheio de expectativas quanto ao que, por fim, resultaria desse esforço de reconstruir e reencontrar com meu próprio passado. Infelizmente, ignorei as pesadas nuvens que se avistavam no horizonte e não vesti roupas condizentes com o tempo que se anunciava. Acabei pegando uma intensa chuva no caminho, o que fez com que me atrasasse.

Com as instruções da jovem Larisse em mente, dirigi-me à residência dos anciãos. Quando cheguei até a local, por volta das 10h, a chuva se derramava em pesadas gotas, porém, por trás do visor embaçado do capacete pude ver um jovem que se preparava para entrar num automóvel – e qual não foi a minha surpresa ao descobrir que se tratava do meu contato. Rapidamente tirei o capacete e apresentei-me como “o amigo da Larisse que vai fazer a entrevista com Seu Zequinha”. O rapaz, entretanto, não interrompeu o que fazia, apenas me mandando adentrar o portão e falar com a senhora que estava sentada na área. Foi o que fiz.

Dirigi-me lentamente até a entrada da casa – um muro baixo de toras de madeira envelhecidas e um pequeno portão de ferro, já carcomido pela ferrugem, separava a área da casa da rua – e apresentei-me a frágil senhorinha que dali me observava, sentada numa cadeira de plástico. Sorridente, foi logo me convidando a sentar. Enquanto tirava o casaco encharcado pela chuva, apresentei-me como amigo da sua neta e expliquei a razão de estar ali.

Dona Francisca, mulher de baixa estatura e de aparência franzina, trazia em seu rosto algumas marcas que pareciam feridas na pele, como que ocasionadas pela exposição ao sol, o que me confidenciou, posteriormente, serem causadas por uma doença – sem dizer qual exatamente. Ela ouviu-me pacientemente, porém, afirmou que eles não haviam sido avisados e que seu Zequinha havia saído logo cedo. Provavelmente estava na casa de uma das filhas, *estando a chuva*, mas que eu poderia esperar. Porém, de acordo com sua experiência, ele só chegaria por volta de meio-dia.

Um tanto contrariado, comecei a ajustar o equipamento de filmagem na expectativa da chegada do seu Zequinha. Mas como o tempo passava e a chuva se tornava mais intensa, percebi que aquele tempo poderia ser utilizado para entrevistar outro personagem que estava bem diante de mim, ainda que não fosse o plano original. Perguntei se dona Francisca poderia conversar comigo um pouco enquanto seu marido não chegava. Ela assentiu. Conversamos por cerca de 20 (vinte) minutos. Ela, uma senhora agradável, fala mansa tentou responder cada pergunta o melhor possível – porém, retraiu-se diante da câmera. Suas respostas eram curtas, mas, ainda assim, repletas de informações valiosas sobre as condições de vida no Povoado Sinimbu e o trabalho no Campo.

Alguns minutos após o término da entrevista com ela, seu Zequinha apareceu como um vulto no meio da chuva que já arrefecia naquele momento. Porém, parecia despreocupado. Seu caminhar é lento e sua figura toda parece de alguém muito frágil. O homem logo toma assento numa das cadeiras de plástico dispostas na área, informando-me que a neta não tinha avisado da minha chegada, porém, não se negaria a atender-me. A esposa traz uma toalha para que este se enxugue. Rapidamente, coloco o microfone e inicio a entrevista.

Assim como Dona Francisca antes dele, Seu Zequinha parece incomodado diante da câmera. Por causa da baixa audição e do barulho circundante tem dificuldade para ouvir as perguntas e, uma dificuldade ainda maior para responder. Em alguns momentos é socorrido pela esposa, corrigindo e/ou complementando informações que o idoso parece ignorar. Suas respostas são curtas e, algumas vezes, evasivas.

Cada pergunta era sucedida por uma resposta curta e longos silêncios constrangedores, até que pudesse formular uma nova. Aquela figura tímida e retraída diante de mim era muito diferente daquela espontânea e divertida que vi nos vídeos do perfil no *Instagram* criado por sua neta. De qualquer forma, achei bastante proveitosa a entrevista, por se tratar da perspectiva de um trabalhador rural.

Porém, apesar da riqueza de percepções e sentimentos advindos das conversas

anteriores – principalmente por conta daquilo que não foi dito, daquilo que foi sublimado na fala e apenas se evidenciou no olhar ou no gesto de meus entrevistados – senti que as entrevistas não tinham rendido tanto quanto gostaria. Assim, perguntei a seu Zequinha se não havia alguém que ele pudesse indicar para conversar conosco. Era pouco mais de 11h da manhã e queria aproveitar cada minuto naquele lugar. Seu Zequinha falou dos vizinhos, Ciço Veneno e Dona Biu. Desde o término da entrevista, Dona Francisca estava na casa do casal ajudando na preparação do almoço, visto que Dona Biu convalescia após uma cirurgia, sentada numa cadeira de balanço no quintal.

Dirigimo-nos ao portão da casa vizinha e chamei seu Cicero, ainda pouco confortável de chamá-lo de Ciço Veneno, como faziam todos os demais. Um senhor baixinho e atarracado veio me atender. Vestia uma camisa polo amarela e short jeans. Expliquei-lhe quem era o que desejava ao que prontamente abriu o portão e convidou-me para adentrar a propriedade. Acompanhei-o até o quintal onde sua esposa dava instruções a Dona Francisca sobre como preparar o frango.

Na oportunidade, conversei bastante com Dona Biu. Em sua fala é perceptível o quanto Dona Biu se apegava àquele pedaço de terra que foi seu lar por mais de sessenta anos, a maior parte deles vividos naquela mesma casa. O marido veio participar da conversa algum tempo depois já que, por conta da condição da esposa, desdobrava-se no cuidado do almoço e do filho especial Breno.

Seu Cicero ou Ciço Veneno – apelido que lhe veio por conta do trabalho com herbicidas – é um homem simples que trabalhou toda sua vida no campo, lidando com trabalhadores rurais. Nesta entrevista focamos no trabalho no Campo e sua experiência profissional, o que rendeu relatos importantes sobre práticas da empresa.

O próximo entrevistado foi o Sr. Benedito Dionizio. A entrevista foi realizada no dia 11 de setembro de 2021 em sua residência, localizada no Loteamento Buriti, em São Miguel dos Campos. Dionizio tem uma longa história com a Usina Sinimbu e seu povoado, tendo nascido lá e lá vivido por mais de 50 anos.

Na empresa, trabalhou desde os 11 anos de idade. Exerceu diversas funções, desde *office boy* até chegar a tesoureiro da empresa – um cargo de extrema confiança. Trabalhou ainda na área da educação, exercendo o cargo de Auxiliar de Disciplina na Escola Benedito Silveira Coutinho, de 1988 a 1998. Dionizio também é pastor protestante, tendo exercido seu ministério no Povoado Sinimbu por mais de 13 anos.

Quando o contatei, num domingo à tarde, solicitei a oportunidade de entrevistá-lo na

terça-feira seguinte, para que o mesmo tivesse tempo de se preparar para nosso encontro. Porém, mesmo recuperando-se de procedimento cirúrgico, atendeu prontamente ao meu convite e insistiu para que entrevista fosse realizada naquele mesmo dia. Já havia feito esse mesmo convite cerca de um mês antes, entretanto, naquela época o Sr. Dionizio não se sentia em condições para receber visitas, por isso, meu espanto quando sugeriu que fosse ao seu encontro imediatamente, caso tivesse condições.

Dionizio é um homem forte de estatura mediana. Sua voz grossa e potente esconde uma personalidade sensível e agradável – algo curioso para quem, em seus tempos de gestor de disciplina na Escola Benedito Silveira Coutinho era chamado de “general”. Os cabelos brancos já denunciam a idade, mas seu aspecto geral mostra bastante vigor apesar de sua condição.

Em sua entrevista, Dionizio fará um longo e detalhado relato acerca dos vários tratamentos e procedimentos cirúrgicos aos quais foi submetido ao longo dos anos. Em outro momento, fará uma longa digressão sobre política e em defesa do Presidente da República que está sendo “crucificado”, segundo acredita e, com a mesma paixão devotada com que prega acerca das virtudes de Jesus Cristo, eleva seu discurso em defesa de Jair Bolsonaro. Apesar disso, sua entrevista é esclarecedora quanto à forma como a empresa lidava com a política e o papel que ela exercia em períodos eleitorais, entre outros assuntos.

O sexto entrevistado foi Cristiano Cardoso. Cristiano é professor de Matemática e Física no Colégio A Caminho da Vida, em São Miguel dos Campos-AL; Tutor EAD de Matemática da UNCISAL e Tutor EAD da UNIP. É, ainda, um dos fundadores da página “Personagens e Histórias” (@personagensehistorias), no *Instagram*, onde discorre sobre a história de pessoas que viveram no Povoado Sinimbu, momentos marcantes da comunidade e profissionais que trabalharam na empresa.

Seus avós chegaram ao Povoado Sinimbu por volta dos anos 1960 e a família viveu naquela comunidade até 2014, aproximadamente. A primeira experiência profissional de Cristiano aconteceu na Escola Benedito Coutinho, antes mesmo que tivesse terminado a faculdade de Meteorologia, onde exerceu cátedra nas áreas de Matemática e Física. A partir daí assumiu o gosto pela profissão.

Cristiano é bastante articulado e apesar de ter apenas 38 anos, conhece bastante sobre a comunidade – mesmo alguns aspectos históricos que se mostrarão úteis na hora de construir esse relato biográfico sobre a empresa e a comunidade circundante. A entrevista foi repleta de informações históricas e críticas às políticas empresariais adotadas em certos momentos. O

entrevistado forneceu um panorama interessante da sociabilidade no Povoado Sinimbu.

A sétima entrevista foi, sem dúvida, uma das entrevistas mais divertidas que fiz durante esse processo. Os entrevistados foram o casal Paulo Santos Filho e Glória Rodrigues. A entrevista foi realizada no dia 14 de setembro de 2021, às 17h30.

Seu Paulo foi topógrafo da Usina Sinimbu por quase 33 anos, tendo uma longa experiência com o trabalho no campo. Juntamente com sua esposa, viveu praticamente todo esse tempo em fazendas da empresa, mas em contato próximo com o povoado, onde participavam de atividades sociais e seus filhos estudavam. Seu Paulo é uma figura excêntrica que cultivava uma frondosa barba branca e cabelos na altura do ombro que lembram o músico Raul Seixas. “Bicho” é um termo comum em seu vocabulário. Exibe com orgulho as tatuagens no braço, o que combina com as ideias arrojadas que defende e sua atitude controvertida.

Dona Glória é uma mulher de ideias independentes, moderna, mas que tem algo de maternal em sua postura. Sua fala mansa e cadenciada esconde uma mente hiperativa que parece processar uma vastidão de temas aleatórios que se cruzam de forma mais ou menos organizada em seu discurso. Seu sotaque carregado não nega as origens, apesar do tempo que o casal vive em Alagoas. Seu Paulo é natural de Maceió, mas Dona Glória é de Araçatuba-SP.

Antes que pudesse fazer qualquer perguntaram desataram a falar, então terminei de montar o equipamento o mais rápido que pude para não perder nenhuma fala. Comentavam que sua principal diversão no momento era acompanhar a CPI do COVID⁹ na televisão e, a partir desse gancho, começaram a falar de política e como a Sinimbu tentava manipular o voto dos funcionários em períodos eleitorais. Era apenas o prelúdio de uma entrevista reveladora e rica de informações. Em sua fala foi possível perceber algumas nuances da vida no campo, muito importantes para entender como a empresa lidava com esses profissionais, o que nos levou a conversar bastante gestão, também.

A oitava entrevista foi realizada no dia 18 de setembro de 2021. Na oportunidade, conversei com Silvano Alves, ex-Gerente Administrativo da Usina Sinimbu. Silvano é o filho mais velho de Daniel Alves da Silva, meu tio, falecido em 2019. Por causa dos 16 anos de diferença, nos relacionamos muito pouco durante minha infância e adolescência.

Silvano sempre foi um símbolo de sucesso para a família. Tendo trabalhado desde

⁹ Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para investigar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia do Coronavírus (SARS-CoV-2 ou COVID-19). Seus trabalhos foram iniciados em 27 de abril de 2021. O relatório final foi aprovado pela Comissão em 26 de novembro de 2021. (SENADO FEDERAL, 2021)

cedo, galgou postos na Usina Sinimbu e alcançou uma posição de alto prestígio. Sua ética de trabalho fica patente em muitas de suas falas, onde ressalta a importância do esforço pessoal na conquista de seus objetivos.

A entrevista aconteceu em um imóvel que o mesmo está reformando para transformar em um pequeno complexo de *kitnets*, localizado no bairro da Pajuçara, em Maceió. Antes da entrevista Silvano fez algumas recomendações. Por ainda atuar no ambiente empresarial sucroalcooleiro, afirmou que evitaria responder questões que prejudicassem a reputação da Usina Sinimbu ou de seus proprietários antigos e atuais ou informações estratégicas do negócio para não se prejudicar. *Esse pessoal é muito junto, vamos dizer assim*, explicou. Afirmou que o objetivo da gravação era ter um registro para que eu pudesse fazer uma transcrição fidedigna daquilo que fora dito, mas que essas imagens não seriam tornadas públicas e garanti que, no caso de alguma informação sensível, iria proteger a identidade da fonte.

Essa entrevista revelou muito acerca da gestão na Usina Sinimbu e o processo de desenvolvimento da visão empresarial, assim como as razões econômicas que levaram ao encerramento das atividades na Usina Sinimbu. Em sua fala Silvano fez, ainda, uma crítica aos governos locais que, em sua opinião, “ficou assistindo” – por um lado não deu incentivos necessários à sobrevivência do setor e por outro não fomentou o surgimento de outras empresas que pudessem atender essa gama de profissionais oriundos das usinas. Ele acredita que tal se deu, em parte, por preconceito a atividade canavieira. “Eu não concordo com a monocultura, também, mas é preciso ter alternativas”, sentencia.

O último entrevistado é um representante do comércio no Povoado Sinimbu. Edmilson Aquino Silva, mais conhecido como “Edmilson da Barraquinha” recebeu-me em sua residência localizada na Quadra 3 do Bairro Geraldo Sampaio, em São Miguel dos Campos na noite de 20 de setembro de 2021. Edmilson é uma figura muito importante no Povoado Sinimbu onde atua como comerciante até os dias atuais e foi mencionado por vários dos entrevistados.

Edmilson falou principalmente acerca da grandeza da feira do povoado, além de outros aspectos da economia local. Para ele, testemunhar o fim de tudo isso *foi um choque*. Mesmo percebendo que a empresa já estava fragilizada, Edmilson afirma que, na época, ninguém acreditava que a Usina Sinimbu pudesse mesmo encerrar definitivamente suas atividades.

2.1 FUNDAÇÃO DA EMPRESA E ESTABELECIMENTO DO POVOADO

Inserida no contexto da exploração da monocultura canavieira no estado de Alagoas, a Usina Cansação de Sinimbu S/A desempenhou um papel destacado no mercado sucroalcooleiro local, na produção de açúcar, álcool etanol e energia elétrica. De sua atividade dependiam milhares de famílias, cujos rendimentos faziam girar a economia dos municípios de Jequiá da Praia, São Miguel dos Campos, Campo Alegre e Teotônio Vilela.

A usina foi fundada em 1893 e surgiu da união de vários engenhos da região e recebeu esse nome por causa da participação de João Luiz Vieira Cansação de Sinimbu, o Visconde de Sinimbu, numa *joint venture*¹⁰ com investidores ingleses, os Griffith Williams, proprietários da Willamis & Co. Nessa época, Arthur Griffith Williams, era coproprietário da Usina Triuma, em Pernambuco. O período de instalação corresponde com o chamado “primeiro grande surto industrial brasileiro, ocorrido entre 1885 e 1895” (FIEA, 2018, p. 44).

Segundo nos informa Silvano Alves, ex-gerente administrativo da Usina cansação de Sinimbu, *no ano de 1892 foi feito um levantamento de topografia na região para verificar se havia condições para o plantio da cana-de-açúcar, tendo em vista a construção de uma usina para produção de açúcar e álcool*. No levantamento, os Williams perceberam que a região tinha as condições geomorfológicas adequadas para o desenvolvimento da atividade econômica, como *braços suficientes* – ou seja, trabalhadores rurais – para o plantio da cana, indispensáveis para começar um negócio desse patamar. A produção inicial se deu no ano de 1894, segundo atesta documento elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de Alagoas, em 2018, que faz uma retrospectiva da atividade industrial no Estado, de 1850 até 2017, onde se lê:

Começando também a moer no ano de 1894, a Usina Cansação de Sinimbu foi fundada em 13 de abril de 1893 e tinha como principal acionista a Cia Triuma, de Recife/PE, cuja controladora era a empresa Williams & Co. A unidade industrial foi instalada no município de São Miguel dos Campos. (FIEA, 2018, pp. 45-46)

Segundo o ex-gerente, neste mesmo levantamento foi indicada a necessidade da construção um povoado específico para abrigar os moradores da futura usina. O povoado começou a ser construído por volta de 1913. É claro que já havia casas na região, a maioria de-

¹⁰ Joint venture é uma associação econômica (um acordo comercial) entre duas ou mais empresas, de ramos iguais ou diferentes, que decidem reunir seus recursos para realizar uma tarefa específica, durante um período determinado e, portanto, limitado.

las atreladas às fazendas e engenhos locais, mas, *na medida em que as fazendas foram sendo adquiridas, foi-se percebendo a necessidade de uma área específica para a construção de um povoado que estivesse mais próxima da planta industrial*, acrescenta.

Discutindo o desenvolvimento da atividade sucroalcooleira no estado de Alagoas, Araken Alves de Lima (2003) faz referência ao estudo de Heredia (1988) em que esta relata a ação predatória dos donos das usinas que tentavam ampliar seus domínios sobre as terras de propriedade dos engenhos, seja pela expropriação ou aquisição dos engenhos, o que diminuiu a incidência desse tipo de manufatura na região. Em um episódio particular, Lima relata o conflito que seguiu por ocasião da instalação da Usina Sinimbu, que envolveu um dono de engenho que fazia limite com as terras da empresa e os proprietários da empresa.

Os conflitos iniciais se deram por conta da demarcação dos limites das propriedades, os quais eram desrespeitados através da invasão das terras do engenho por rebanhos de animais. Mesmo a lavratura de uma escritura demarcando os limites das propriedades não conteve os conflitos. Para ter acesso ao mar, fazia-se necessário usar o rio localizado em terras do engenho, tanto como via de chegada das máquinas e equipamentos para a montagem da usina quanto como via de escoamento da futura produção. Além disso, as ferrovias da usina, para transportar o açúcar até o rio, teriam que cruzar o engenho. Este tentou negociar com a usina a cobrança de um “pedágio” pela passagem da ferrovia, mas aceitou, em troca do assentamento dos trilhos, o compromisso da usina de que moeria suas canas, fato que revela uma situação em que as usinas já usufruíam de uma certa auto-suficiência de matéria-prima. Nesse contexto, um novo conflito surgiu, desta vez com o poder público que, em legislação pertinente, obrigava que o tráfego nas estradas de ferro fosse aberto ao público em geral, o que não era respeitado pela usina que só permitia, à título de concessão, a utilização deste transporte pelos senhores de engenho cujas terras fossem cortadas pela estrada de ferro. (LIMA, 2003, p. 3-4)

Foi um início marcado por controvérsias e disputas. A exploração da cultura da cana-de-açúcar pelas usinas dependia de grandes extensões de terra o que provocou uma grande concentração de capital imobilizado na mão dos latifundiários e o fortalecimento do poder econômico e político dessa classe, em detrimento do empobrecimento da população. A cana começou a cobrir o cenário paisagístico alagoano, tomando de assalto a economia local que se tornou refém da monocultura canavieira que, para garantir sua sobrevivência e reprodução, costurou acordos espúrios entre elites políticas e econômicas, ao longo das décadas.

Sobre isso, Lima (2003) acredita que o aprofundamento e a intensificação de uma estrutura econômica baseada na atividade canavieira não era a única possibilidade para o desenvolvimento econômico de Alagoas. Não havia nisso nenhum determinismo.

No entanto, é importante reconhecer que, dado a fase expansionista do mercado dos produtos da agroindústria canavieira e toda a estrutura institucional montada no país favorecendo principalmente o setor nordestino, era mesmo pouco provável que outro modelo de desenvolvimento conseguisse se afirmar sobre o que finalmente se consolidou. (LIMA, 2003, p. 20)

A partir da década de 1930, o Brasil ainda estava amadurecendo diversas questões sociais e políticas, como a implementação dos direitos trabalhistas. No setor sucroalcooleiro, a intervenção do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA)¹¹, apesar de restringir a atuação das empresas, acabava sendo um garantidor do negócio.

Em 1949, os irmãos Benedito e Antônio Coutinho fizeram um levantamento das propriedades da Usina Sinimbu, seus ativos e passivos, numa espécie de *due diligence*¹². O relatório, feito à mão, serviu de base para aquisição da empresa. A empresa é adquirida pelos irmãos Coutinho, em 1951¹³. De acordo com Lima (2003, p. 18), “a ocupação das terras de tabuleiros teve início com a aquisição da usina Cansanção do Sinimbu, em 1951, pelo grupo pernambucano dos irmãos Coutinho, como mencionado, e foi intensificada principalmente ao longo dos anos 70 e 80”. Na época, a produção da usina girava em torno de 50 a 60 mil toneladas, o que é pouco se comparada ao 1.5 milhão de toneladas, próximo ao encerramento das atividades. Porém, começou a crescer gradualmente ano após ano.

A empresa passa por diversos revezes até se estabelecer como uma das cinco maiores usinas do nordeste. Com mão de ferro, a família Coutinho administrava todos os aspectos do negócio. Porém, os anos 1990, guardavam mudanças significativas no contexto político e econômico que afetariam de forma dura a Usina Sinimbu. Com a eleição de Fernando Collor de Melo para a Presidência da República, o Brasil experimentou uma abertura econômica sem precedentes que feriu de morte setores que, anteriormente, gozavam de grande proteção estatal, tais como as usinas sucroalcooleiras¹⁴.

¹¹ O Instituto do Açúcar e do Alcool - ou IAA - foi uma autarquia da administração federal brasileira criado em 1º de junho de 1933 pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto nº 22.789. Sua sede estava localizada na cidade do Rio de Janeiro. Extinto em 8 de maio de 1990 pelo presidente Fernando Collor de Mello por intermédio do decreto nº 99.240. Seus objetivos eram orientar, fomentar e realizar o controle da produção de açúcar e álcool e de suas matérias-primas em todo o território nacional brasileiro. Na entrevista com o ex-gerente administrativo da Usina Sinimbu, este insistia que tinha nascido no mesmo ano da criação do IAA, que acreditava ter ocorrido em 1965. (LIMA, 2003, p. 7)

¹² Processo que envolve o estudo, a análise e a avaliação detalhada de informações de uma determinada sociedade empresária.

¹³ Benedito Coutinho falecerá poucos anos após a aquisição da empresa, atropelado em sua própria fazenda, localizada no município de Água Preta, em Pernambuco, em 1956.

¹⁴ “Enquanto processo, [a abertura econômica] forçou a dinamização e modernização das empresas, sepultou definitivamente a política de substituição de importações, e encerrou um ciclo desenvolvimentista e

Para Silvano Alves, a terceira geração de herdeiros, formada pelos netos de Antônio e Benedito Coutinho, entrou em cena num contexto de *competitividade extrema* e alta carga tributária, volatilidade do dólar e pouca ou nenhuma ajuda do governo – o que explica a tomada de certas medidas no sentido de diminuir os custos de produção. Tais cortes implicaram em diminuição da qualidade de vida dos moradores do Povoado Sinimbu que amargaram uma diminuição na oferta de serviços, anteriormente fornecidos de forma gratuita, como água e iluminação. *Aqui a gente tem um custo de irrigação alto, que uma usina no Centro Sul não tem ou tem menos elevado*, explica. Outra dificuldade é a baixa produtividade da nossa região quando comparada com outras regiões.

É nesse período, por exemplo, que a empresa começa a fazer uma “formatação de normas e normatização de procedimentos”, criando os POP (Procedimentos Operacionais Padrões)¹⁵ e outras medidas gerenciais. Neste cenário “tudo compunha o preço final do açúcar”. Assim, a empresa abriu mão da oferta de vários serviços que, historicamente, havia tomado para si. *A usina tinha uma interferência muito forte, mas quando começa a competitividade, ela precisa voltar essas ações com o governo*, explica o ex-gerente, e é nesse contexto que entra em cena a Administração Pública para suprir aquilo que a empresa não podia, por questões econômicas e de gestão, assumir.

Na avaliação do ex-gerente, havia pouco que os herdeiros da empresa pudessem fazer para salvar a Usina Sinimbu. Para o entrevistado, sua derrocada não foi uma ação proposital, orquestrada, visto que esses diretores eram pessoas competentes, ligadas ao legado de seus antecessores e que, diferentemente do que se acredita, tinham uma boa relação com os funcionários apesar da mudança na visão empresarial, uma mudança demandada pelo contexto econômico brasileiro e mundial.

Até o final dos anos 1990 o Povoado Sinimbu sempre esteve à parte da dinâmica do município – quase que completamente excluído do raio de influência de suas instituições e estrutura administrativa. Ali, havia certa autonomia local que o colocava em situação de dependência exclusiva da empresa. Para o morador da comunidade, a autoridade local era constituída pelos chefes de setores ou gerentes da usina, que exerciam liderança informal junto aos seus subordinados e a dinâmica local era definida não pela autoridade política, mas pelo ciclo da cana, no início e o fim de cada safra.

protecionista na economia brasileira.” (AQUINO, 2013, p. 98)

¹⁵ POP (procedimento operacional padrão) é um documento que estabelece o roteiro de cada tarefa a ser desenvolvida em uma organização. Seu principal propósito é garantir resultados consistentes, de acordo com os padrões de qualidade e o planejamento estratégico da empresa.

As benesses que o morador do povoado usufruía não eram direitos conferidos pela legislação e garantidos pela ação do Estado, mas acenos de boa vontade dos “donos da usina” que reforçavam o clientelismo paternalista numa relação de eterna dependência – onde o trabalho estava sempre em dívida com o patrão. Como afirma Victor Nunes Leal em seu clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*,

o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. (LEAL, 2012, Kindle Edition, posição 495)

Para a administração pública tal situação era aparentemente confortável, pois um grande contingente de seus munícipes poderia ter acesso a serviços básicos sem que a gestão tivesse que despender recursos que poderiam ser utilizados no grande centro ou, ainda, rapinado pela ação predatória daqueles que fazem do Estado seu empreendimento particular – o que apenas reforçava o poder dos representantes da empresa e a força de sua dominação.

Apesar do encerramento das atividades da empresa, a comunidade que se constituiu ao seu redor permaneceu. Sem o vigor de outrora, mas lutando pela sobrevivência e rejeitando ser esmagada pela lógica de um capitalismo predatório que reduz histórias a escombros¹⁶. No Povoado Sinimbu ainda é possível encontrar mercearias (onde ainda se adota o tradicional “fichário” para vendas a crédito), lanchonetes, escola e posto de saúde, igrejas e áreas de lazer (como campos de futebol e quadra poliesportiva).

Entretanto, já é possível ver a degradação de certos espaços pela ação do tempo e do abandono (principalmente na área da indústria), já que boa parte da atividade econômica do povoado girava em torno da Usina. Por exemplo, a creche local foi desativada, assim como o Posto Policial e a chamada “Casa Grande”, antiga residência dos proprietários da empresa, está abandonada e tomada pelo mato.

Muitas casas foram demolidas desde então. Porém, muitos se recusam a deixar o único lar onde viveram a maior parte das suas vidas – alguns por não terem para onde ir e outros

¹⁶ Neste caso, literalmente, já que tão logo uma residência é desocupada, os administradores da massa falida da empresa tratam de demoli-la para evitar nova ocupação. Nesse processo, muitos arruados já deixaram de existir.

porque esperam receber a compensação devida pelos anos de trabalho. Para estes, permanecer nas residências é uma forma de resistência. O sinimbuense¹⁷ resiste, apesar de agruras.

A Usina Cansação de Sinimbu encerrou suas atividades após mais de um século de atuação no mercado sucroalcooleiro, sob o olhar incrédulo de milhares de funcionários que testemunharam sua derrocada. Podemos apenas especular as razões desse fechamento, porém seria leviano apontar uma causa inequívoca para tanto.

Talvez, o mais certo seja afirmar que houve um somatório de fatores que tornaram a atividade inviável, tais como: fim da proteção estatal ao mercado sucroalcooleiro (principalmente na Região Nordeste) e dos subsídios do IAA; a extinção do Proálcool; abertura econômica dos anos 1990; baixa produtividade quando comparada com as regiões Sul e Sudeste; erros de gestão; e, finalmente, questões econômicas e mercadológicas. Segundo nos foi relatado durante as entrevistas, havia o interesse de outras empresas sucroalcooleiras da região (que apresentavam maior solvência à época), todas ligadas a Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Álcool de Alagoas, atual proprietária da Usina Cansação de Sinimbu, em dismantelar a empresa – entretanto, isso é algo que não pudemos corroborar pela pesquisa em outras fontes.

¹⁷ O termo “sinimbuense” foi diversas vezes utilizado pelos entrevistados para designar a si mesmos e seus familiares ou ex-moradores da comunidade, guarda uma série de reflexões sobre a persistência da identidade e de como esses símbolos se incorporam e são corporificados por aqueles que os carregam, alimentam e reproduzem. Antes de ser miguelense (gentílico para quem nasce ou vive no município de São Miguel dos Campos) ou, atualmente, jequiápraiense (de Jequiá da Praia), o morador do Povoado Sinimbu se considera um “sinimbuense”. Aquele pequeno povoado encrustado nos tabuleiros da Zona da Mata alagoana se constituía em seu universo particular de significação; era ali, naquele microcosmo social, onde ele se reconhecia como sujeito e do qual dependia sua identidade. Ele era quem era por ser filho de fulano ou exercer determinada profissão, sendo que a empresa conferia o solo sob o qual germinavam tais definições – que chegavam a se incorporar ao nome do cidadão, na maioria das vezes. Retirada essa dimensão, o sinimbuense é um apátrida, um ser que permanece deslocado onde quer que esteja, não importa quanto tempo passe – por isso tão ferozmente se agarra aos símbolos de sua existência pretérita. Mesmo aqueles que estão longe ainda se sentem parte da comunidade e não desfazem esse laço de pertencimento. De fato, a identidade, os laços, o lugar, se reforçam, se fundam, na possibilidade da perda, a ameaça do fim fortalece o pertencimento. Essas relações fornecem os subsídios emocionais de um pertencimento que, claro, dependia da atuação da indústria, mas que era agrário e rural em todos os seus fundamentos, já que os moradores do povoado mantinham “hábitos rurais tradicionais, característicos de uma sociedade de interconhecimento na qual cada um conhecia o outro e os principais aspectos da personalidade dos membros do grupo do qual fazia parte” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 46) – característica várias vezes apontada pelos entrevistados durante as entrevistas.

2.2 CARACTERÍSTICAS DO POVOADO SINIMBU

Partindo de um início tímido e acanhado, a vila operária que circundava o parque industrial da empresa cresceu e tornou-se um povoado pungente, uma comunidade viva, com intensa vida social e cultural cuja riqueza de manifestações é celebrada como patrimônio imaterial que resiste à degradação dos espaços e ao sucateamento da empresa.

Parafraseando Albuquerque (2009, p. 28-9), a cana é a alma do Povoado Sinimbu. E foi sob esse signo que ele se formou e resiste até os dias atuais. Adiante compilaremos as informações obtidas durante as entrevistas que fornecerão um quadro mais amplo sobre o desenvolvimento do povoado e as políticas da empresa. Para tanto, utilizaremos as falas recolhidas nas entrevistas, que representam a memória coletiva e social da comunidade, expressa em símbolos e sentimentos compartilhados que se eternizam como narrativas estruturadas.

Para o objetivo deste estudo de caso, é fundamental contar essa história, visto que o Povoado Sinimbu é formado integralmente por funcionários da Usina Cansação de Sinimbu e seus familiares, sendo, portanto, diretamente afetado pelas políticas da organização e refletindo na produção social as decisões de natureza empresarial – o que nos fornece um quadro mais amplo na constituição da Memória Institucional do que aquele que seria possível apreender através de documentos e outras fontes que ignorassem os indivíduos que são, ao mesmo tempo, produtos e produtores dessa história.

2.2.1 Comércio e economia local

Até meados dos anos 1990, a Usina Sinimbu provia uma série de serviços gratuitos aos habitantes do povoado, tais como moradia, saúde, educação, transporte, água e energia. Porém, havia outras necessidades que a empresa não era capaz de suprir. Para tanto, a empresa valeu-se dos empreendedores locais para atender, dentro da própria comunidade, essa gama variada de necessidades – o que evitava custos com deslocamento e garantia a satisfação dos moradores/trabalhadores. Para a empresa era uma forma de atrair e manter os melhores profissionais.

Sob os auspícios da empresa, esses empreendedores montaram negócios variados para atender a demanda local por produtos e serviços, incluindo mercearias, salões de beleza, locadoras de vídeo (k7 e videogames), restaurantes, lanchonetes, loja de confecções, granjas, etc. *A empresa nunca foi contra, mesmo porque eram setores que serviam a própria*

comunidade. Então ela cedeu o terreno e a gente fazia um tipo de contrato de locação, mas sem cobrança de taxa nenhuma, explicou Edmilson Aquino da Silva, conhecido como “Edmilson da Barraquinha”, que mantém um comércio no Povoado Sinimbu desde 1989.

Desde os dias do Barracão¹⁸ do Sr. Mário Lessa, nos anos 1960 e 1970, a empresa testemunhou o surgimento de uma ampla variedade de negócios que floresciam na comunidade, imune às flutuações da economia brasileira. Havia ali um público cativo, ávido por consumir e com recursos para tanto – garantidos pela atividade empresarial da usina.

Com a prosperidade da atividade econômica na região o velho barracão deu lugar a uma feira vibrante, que em seus áureos tempos, começava no fim da tarde de sexta-feira e só vinha terminar no domingo, por volta de meio dia. Para atender a necessidade dos vendedores de carne, foi construído um local específico que era chamado “Mercado” (também chamado de “Mercado Antigo” e “Mercado da Farinha”) – lá também vendia farinha, feijão e outros itens.

Rememorando esses dias, o professor da rede privada de ensino de São Miguel dos Campos, Cristiano Cardoso relata que *comerciantes de toda a região iam pra lá. Vendia condimentos, aviamentos, o que você procurasse lá tinha. A comunidade cresceu tanto que naturalmente houve essa necessidade de implementar e algumas pessoas que tinham essa visão, da própria comunidade, começaram a colocar negócio. Depois teve granja lá, loja de roupas, o que você imaginar os caras colocavam lá. Então, assim, o comércio lá ele atendia bem as necessidades básicas da comunidade.* Na transcrição das entrevistas procurou-se preservar, tanto quanto possível, a maneira de falar dos entrevistados. Somente quando necessário para a compreensão é que foram feitas edições.

Edmilson da Barraquinha acrescenta que a feira *tinha um movimento que era impressionante.* Tal se dava por causa da quantidade de fazendas que giravam em torno do Povoado Sinimbu, cada fazenda com a sua própria comunidade, com casas e moradores. *No final de semana, os ônibus do pessoal que transporta trabalhadores tudo levava pra feirinha*

¹⁸ O Barracão é um galpão ou espaço sob o mesmo teto que servia como armazém para a comercialização de gêneros alimentícios, materiais de higiene e outros itens de necessidade pessoal aos trabalhadores da Usina Sinimbu e outros membros da comunidade. Segundo Gerinaldo Moura (s/d), constituía-se numa forma de “varejo que deixava trabalhadores permanentemente endividados com os patrões” visto que algumas transações dispensavam a utilização de dinheiro, sendo utilizadas notas promissórias emitidas pela própria empresa ou o “caderno de fiado”, onde eram anotados os débitos e descontados na folha salarial. Em geral, essa estrutura era construída pela própria empresa que consignava sua administração ao cuidado de terceiros e era comum encontra-los em empreendimentos distantes dos grandes centros comerciais até meados do séc. XX. Para a empresa era vantajoso ter esse tipo de empreendimento em seus domínios porque em tempos de crise podia dar vales aos funcionários que eram trocados pelos itens aos quais necessitavam, vendidos a preços incompatíveis com o mercado – como a Usina Sinimbu fez em alguns momentos em que chegou a cunhar moeda própria – o que acaba gerando lucro para a empresa.

lá no pátio, lembra. Segundo o comerciante a feira contava com banca de bebidas, de roupas, de CD, de calçados. Na frente da minha loja mesmo chegava um vendedor de roupa, ele chegava, jogava uma lona e espalhava a roupa. Roupa de todo jeito você tinha lá. Tudo baratinho. E o povo tudo em cima, comprando, finaliza.

A dona de casa Benedita Maria dos Santos, mais conhecida como Dona Biu e cuja família já reside há, aproximadamente, noventa anos no Povoado Sinimbu, lembra outros empreendimentos que marcaram o cenário comercial do lugar, como a padaria do Zé Cícero – que trazia pão da sua loja no Distrito de Luziápolis, no município de Campo Alegre, para a comunidade. Segundo nos informa a moradora, algum tempo depois o mesmo Zé Cícero ainda abriu uma farmácia que foi muito útil para atender a necessidade dos moradores quando a empresa deixou de fornecer medicamentos gratuitos na Farmácia, que era como os moradores mais antigos chamavam o Posto de Saúde da comunidade.

Porém essa pungência não resistiria ao encerramento das atividades da empresa. Na verdade, um pouco antes disso, as coisas começaram a decair, segundo nos informa Edmilson da Barraquinha. Segundo o comerciante, em certo momento e visando diminuir os custos da atividade, a gerência da empresa deixou de liberar transporte para o pessoal do campo¹⁹ vir ao povoado “fazer a feira”. Isso foi um golpe fatal no comércio local, já que o fluxo de pessoas começou a diminuir. *Aí já foi diminuindo o pessoal na feira, até o ponto que já não tinha praticamente mais feira*, recorda com tristeza.

Muitos empreendimentos fecharam as portas e a situação apenas se agravou com o encerramento das atividades da empresa. Mas a barraquinha do Edmilson resistiu. Bem, naquela época não era mais uma barraca, porém o apelido permaneceu, assim como sua vontade indômita de manter seu negócio. Edmilson é um símbolo de resistência. Chegou a Usina Sinimbu em 1982 para trabalhar como “Técnico em Açúcar e Álcool” – função que desempenhou até 1989. Ao perceber a necessidade da comunidade por itens de material escolar, decidiu começar uma pequena barraca para vender esses itens. Posteriormente, solicitou um terreno onde pudesse construir sua loja. Lá construiu seu Armazém e Papelaria, que para os locais seria, para sempre, a “Barraquinha”.

Segundo Dona Biu, a persistência de Edmilson é uma das razões que faz com que ela permaneça no povoado, apesar de ter uma residência em Maceió. *Tudo que a gente precisar o Edmilson traz. Se você pagar bem, como eu acho que todo mundo que compra lá faz, o que*

¹⁹ Apesar de estar localizada na Zona Rural do município de Jequiá da Praia, para os moradores o termo “campo” se refere às fazendas administradas pela empresa.

você quiser ele traz, mesmo que ele não venda, e isso ajuda muito a gente. É uma ajuda muito grande o Edmilson aqui na Usina, explica. Com o que concorda seu esposo, o Sr. Cícero Cândido da Silva Filho, popularmente conhecido como Ciço Veneno, acrescentando que *a nossa sorte aqui é o Edmilson*. Para Cristiano, a Barraquinha do Edmilson é *uma referência para todo sinimbuense raiz*.

Hoje só restam algumas poucas lojas. Tem uma farmácia (que só abre a tarde e também vende confecções), tem uma barbearia que abre de 15 em 15 dias, além da Barraquinha tem outro mercado, de um homem chamado Rildo, e um bar. Na Rua do Grupo, nas proximidades da escola, tem uma lanchonete numa residência que é somente *uma puxadinha*, como definiu Ciço Veneno.

O Mercado Antigo veio ao chão no ano 2000. As causas de sua queda variam de acordo com quem conta a história. Segundo Silvano Alves, ex-gerente administrativo da empresa, o prédio foi demolido pela própria Usina Sinimbu por conta do risco de desabamento. Para Cristiano Cardoso, que considera a perda daquele monumento histórico um crime, de fato havia o risco de desabamento, porém a empresa demandava da Prefeitura Municipal de Jequiá da Praia que fizesse os reparos necessários, já que o prédio havia sido municipalizado – tal qual aconteceu com as instalações da escola e do posto de saúde. Porém, dado a falta de ação de ambas, o prédio foi vítima de uma forte tempestade que o levou ao chão, também por volta do ano 2000.

O antigo Supermercado cedeu lugar a uma igreja evangélica. Numa grave recessão econômica, duramente sentida por todos, nada mais justo que trocar o alimento físico pelo espiritual. O Bar do Néri, que ficava ao lado dos vestiários do “estádio” da comunidade, resistiu *até o último momento antes de eles demolirem*, segundo o professor Cristiano Cardoso. Além da venda de bebidas alcóolicas nos finais de semana, era possível encontrar seu Néri vendendo pipoca e outras guloseimas em dias de jogos ou nos bailes *Hi-Fi* que aconteciam no Clube ARES²⁰. A Pizzaria do Seu Nino também não resistiu. O Hotel do Aílton, que ficava nas proximidades da Igreja Católica, e o Hotel do Dorílio, que ficava na Rua do Grupo, também não resistiram ao fim do fluxo de trabalhadores sazonais que acorriam à empresa em épocas de moagem. Seu Ciço Veneno, por exemplo, relembra com carinho os dias em que viveu nesses hotéis enquanto era um jovem profissional, recém-contratado pela

²⁰ Associação Recreativa e Esportiva Sinimbu. Administrada por funcionários da empresa era a instituição responsável pelas atividades artísticas, esportivas e culturais que aconteciam no povoado. Com recursos da empresa, mantinha o clube (onde aconteciam atividades sociais e eventos), o campo e o time de futebol da comunidade.

empresa.

Atualmente, o pátio da feira, como é conhecido o espaço onde a maioria desses empreendimentos se aglomerava, é um local praticamente deserto. As lojas que resistem amargam um fraco movimento que só melhora mesmo no final do mês, quando os aposentados recebem suas pensões, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Auxílio Emergencial recebem seus benefícios sociais. O pouco dinheiro que é movimentado na comunidade vem, basicamente, desses programas sociais.

Os mais jovens e solteiros aproveitam a época de moagem para conseguir algum emprego na Usina Caeté (São Miguel dos Campos) ou na Usina Porto Rico (Campo Alegre), como safristas, atuando em trabalhos que pagam pouco e não exigem muita escolaridade, porém, essa renda adicional confere fôlego para a comunidade e para os poucos comerciantes locais. Para Edmilson, *isso me dá uma tranquilidade que é possível continuar. Porque, mesmo pouco, o salário mínimo que o pessoal recebe, a dedicação específica é para alimentação, que chega mesmo a contratar uma pessoa da comunidade para ajudar no movimento* nesses períodos.

Apesar da situação de inatividade da empresa. Ainda há uma quantidade bastante significativa de famílias vivendo no povoado que demandam todo tipo de produtos e serviços para sua sobrevivência. *Eles precisam de mim e eu preciso deles também. Então, eu procuro trabalhar pra atender as necessidades deles*, reflete Edmilson. É claro que a situação que se seguiu fragilizou o comércio local, fazendo com que muitos fechassem as portas. Porém, não aconteceu o “êxodo” que muitos imaginaram. Muitas famílias permaneceram nas residências, seja por que esperam o pagamento de direitos trabalhistas, seja porque simplesmente não tem pra onde ir. Edmilson sente que tem um dever de servir a comunidade, *são um pessoal merecedor*.

2.2.2 Infraestrutura e Administração Pública

Como relatado anteriormente, durante boa parte de sua história, a Usina Cansação de Sinimbu proveu a comunidade local de serviços que eram de responsabilidade da Administração Pública. Mas isso implicava numa troca. A estrutura do Estado deveria favorecer a empresa sempre que possível já que estava desincumbido de atender um amplo contingente populacional. Isso foi benéfico para a empresa por muito tempo, pois ganhava isenções fiscais, diminuições de alíquotas tributárias e generosos financiamentos.

Porém, com a abertura econômica em 1991 e o fim do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que regulava a produção nacional, as empresas sucroalcooleiras se viram lançadas num mercado altamente competitivo onde cada benesse, no fim, *compunha o preço do açúcar*, como afirmado por Silvano Alves, benesses que tornavam a atividade mais onerosa e menos lucrativa. Não era mais possível manter aquela *renda indireta* para o trabalhador, era necessário eliminar custos para manter-se competitivo.

A avaliação do ex-gerente da Usina Sinimbu é confirmada pela declaração dos pesquisadores Nelson Siffert Filho e Carla Souza e Silva (1999), que defendem que o regime comercial brasileiro passou por uma série de transformações na década de 1990 e que tais transformações alteraram radicalmente o quadro de proteção estatal às empresas, na forma de barreiras tarifárias e subsídios públicos. Segundos os autores,

A série de transformações por que passou o regime comercial brasileiro desde o início desta década acabou por alterar radicalmente esse quadro. A redução da proteção contra as importações fez com que o *tariff jumping* fosse, em grande parte, substituído pela busca de vantagens locais na determinação do investimento direto. Atrelado à mudança nos determinantes, veio a necessidade de que as firmas estrangeiras instaladas no país mudassem sua forma de operar, sob pena de sucumbir diante da concorrência das importações. (FILHO; SILVA, 1999, pp. 340-341)

Foi no bojo dessas transformações que a empresa passou a adotar políticas mais austeras que afetaram os moradores do povoado. Em 1998, o fornecimento de água e energia foi transferido para o SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) e CEAL (Companhia Energética de Alagoas), respectivamente. Tais serviços, outrora fornecidos gratuitamente, agora passavam a ser cobrados dos moradores. A coleta de lixo foi passada para a Prefeitura Municipal de Jequiá da Praia, em 2008 (segundo estimativa do professor Cristiano Cardoso, durante sua entrevista). A escola foi municipalizada. O antigo posto de saúde da empresa virou uma Unidade Básica de Saúde, vinculada ao Programa de Saúde da Família. Para Cristiano Cardoso, *aos poucos, o que eles puderam cortar e lançar essa responsabilidade para o morador ela lançou e aquilo que ela podia lançar pro Poder Público ela lançou também*.

Porém, apesar do que se poderia imaginar, a qualidade da prestação desses serviços não decaiu, conforme foi constatado nas entrevistas. Segundo Dona Francisca, trabalhadora rural aposentada que vive no Alto da Impuca, arruado do Povoado Sinimbu, *o que tá aqui bom é negócio da saúde, num tá mal não*. Informação que é confirmada por Edmilson da

Barraquinha que, mesmo não morando na comunidade, percebe a atenção que é dada pela prefeitura nessas áreas.

Dona Francisca afirma, ainda, que se precisar fazer um exame em outro município, existe uma ambulância a disposição dos moradores. Aliás, para a maioria dos entrevistados, a atuação da Prefeitura Municipal de Jequiá da Praia se faz sentir especialmente nas áreas de Saúde e Educação.

Dona Biu, antiga moradora da comunidade, lembra ainda que existe na comunidade um CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) que *animava muito porque tinha passeios, corte e costura, tinha pintura* e só parou de funcionar por conta da pandemia. Apesar de não haver mais uma empresa provedora que fornece tudo aquilo que os moradores precisam, a comunidade não está desassistida como parece à primeira vista.

2.2.3 Condições de vida e moradia

Uma das primeiras coisas que chama a atenção em qualquer estudo sobre as relações de trabalho no setor sucroalcooleiro é a instituição das relações de moradia que “representou uma forma ímpar de relacionamento entre o proprietário e o trabalhador” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 68). Este fato também ocorreu na Usina Sinimbu, onde, desde o início, se reconheceu a necessidade de construir moradias para os trabalhadores, conforme indicado pelo ex-gerente Silvano Alves em seu relato sobre o levantamento feito em 1892 pelos ingleses.

Esse modelo correspondeu a um estágio particular do processo de acumulação capitalista da economia brasileira, pois desenvolveu os mecanismos de contenção de despesas e maximização de lucros na plantação de cana e na produção de açúcar para o mercado nacional e internacional. Nesse sentido, o sistema de moradia se revelou um importante instrumento para manter um exército de mão de obra disponível. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 68)

Ainda que a avaliação de Albuquerque (2009) seja circunscrita ao período imediatamente anterior ao surgimento das grandes usinas – onde o cenário da cana era composto por fazendas e engenhos de pequeno e médio porte – é importante notar que tal sistema criava uma relação muito particular.

O mundo da cana, tirando a mudança tecnológica e as mudanças com a implantação dos direitos dos trabalhadores rurais, sempre foi o mesmo, o contrato moral entre patrão e trabalhador que está nas entranhas da relação trabalho-moradia. Havia, nesses lugares, um

senso familiar e comunitário que favorecia a dominação que os empregadores costumavam exercer sobre os empregados – que, basicamente dependiam da sua mercê para todos os bens e serviços que usufruíam – o que o autor chama em sua obra de “sistema de moradia de condição” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 69).

A fala do autor se coaduna com uma frase dita pelo professor Cristiano Cardoso durante sua entrevista, onde afirma que *a empresa te dava uma moradia, te dava algumas vantagens, mas em contrapartida, lá no lado financeiro ela te subtraía tudo isso*. Já para Silvano Alves era *uma renda indireta*, a qual considera uma espécie de benefício concedido pela empresa, afinal, *você ia trabalhar na empresa, tinha o próprio povoado – os trabalhadores rurais, no caso, tinham a fazenda – com água e luz de graça*, pondera o ex-gerente da Usina Sinimbu.

Não é interesse do trabalho ora em curso problematizar essa relação, mas, através dos relatos orais colhidos, construir um panorama – tão pormenorizado quanto possível – das condições materiais de vida no povoado e das políticas da empresa que lhe insuflava o ânimo vital, ainda que seja necessário manter essa perspectiva em mente para ter uma noção clara de como funcionava esse sistema.

Por exemplo, nas entrevistas constatamos que até o ano de 1999, muitas casas do Povoado Sinimbu não contavam com fornecimento regular de água. Segundo o professor Cristiano Cardoso, as casas que não ficavam próximo à planta industrial da Usina Sinimbu, aquelas residências localizadas no outro lado do rio que cortava a comunidade eram abastecidos de água potável por um serviço de carro-pipa disponibilizado pela empresa. *Tínhamos a água encanada na casa, mas era a água que vinha do Açude da Impuca e essa água não era pra fazer alimentos, era só pra lavar roupa e olhe lá, porque, às vezes, a água vinha tão turva*, complementa.

Segundo o educador, era necessário ir agendar a entrega de água. Numa prancheta, os funcionários responsáveis pelo serviço anotavam as requisições dos moradores que eram atendidas conforme a disponibilidade. Na época, dois veículos faziam esse transporte retirando a água da mata circundante e abastecendo as residências. Já as casas que ficavam do outro lado da vila operária, que eram do outro lado da ponte, na região da Rua do Grupo, por serem casas mais antigas contavam com água encanada.

Para Cristiano Cardoso, quem morava nas ruas com abastecimento de água potável era “privilegiado”. Em sua entrevista confidenciou que o pai ansiava a disponibilidade de um imóvel naquela parte do povoado para não depender mais do serviço de carro-pipa, que

costumava falhar algumas vezes. Porém, com risos, afirma que o esforço foi inútil, visto que alguns meses depois de mudarem para uma residência que ficava em frente à Escola Municipal Benedito Silveira Coutinho – na antiga agência de vendas de passagens da Real Alagoas – o serviço de fornecimento de água foi transferido para o SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), que tratou de ampliar a rede para todo o povoado.

Aparentemente, havia uma disputa acirrada pelas casas no povoado. Tão logo alguém deixasse a empresa, a casa vaga era disputada por um residente mais antigo. Nesse contexto, o cargo exercido pelo solicitante importava bastante. Quanto maior o prestígio da atividade desenvolvida, maior a chance de levar a casa desocupada. *Na Sinimbu era assim: o indivíduo mudava de uma casa pra outra quando ele conseguiu uma casa que tinha uma estrutura melhor ou que ficava mais próximo do trabalho*, complementa. Nas entrevistas pude perceber que era corriqueiro esse trânsito dentro da própria comunidade, trânsito esse que demonstrava uma dinâmica de interesses que se alimentava de prestígio e reforçava certas disparidades sociais.

Até o início dos anos 2000, a usina fazia manutenção das casas, sempre que solicitada – o que poderia incluir desde pintura até pequenas reformas e garantia uma qualidade “razoável” para as moradias, novamente segundo o professor Cristiano Cardoso. Ele revela, porém, que pouco depois dessa época, *a empresa começou a jogar essa responsabilidade para o morador*, entretanto, apenas para os funcionários mais simples. Encarregados e funcionários do escritório ainda podiam contar com o auxílio da empresa nesse quesito.

Edmilson da Barraquinha lembra com nostalgia daqueles tempos em que *a Sinimbu dava muita assistência aos funcionários, muita mesmo, em termos de água, energia, tinha medicamentos*, porém, seu tom não é tão crítico em relação a esses cortes de despesa. Para o comerciante essas dificuldades não afetaram apenas a Usina Sinimbu, *mas a maioria das usinas* que, para conter despesas e evitar custos começaram a tirar o que ele chamou de “incentivo” para a manutenção de casa. Em sua avaliação isso se deu no interesse maior de manter a empresa em funcionamento e salvar empregos. Mesmo assim, ver as casas no chão é motivo de lamento, visto que cada casa representa uma família que teve seus sonhos partidos e cujas esperanças se desfizeram sob um amontoado inerte de escombros.

2.2.4 Aspectos da vida cotidiana

Seja no Clube ARES ou no Levou Tem²¹, reunidos no estádio durante uma partida do Sinimbu Esporte Clube, dançando forró na Fazenda Ilha, o morador do povoado Sinimbu gozava de uma série de atividades promovidas pela empresa ou membros da comunidade que favoreciam a convivência e fortaleciam os laços de amizade. Alguns desses laços formados no dia do nascimento, mesmo. “Os partos eram feitos em casa”, revela Dona Biu – ela mesma nascida numa residência que, assim como ela, resiste à ação do tempo e ainda está de pé, na Rua do Grupo.

Assim como ela, outras tantas crianças nasceram no interior de suas residências contando, quando muito, com o auxílio do farmacêutico local. Naquela época não havia Posto de Saúde na comunidade e as estradas precárias e a baixa disponibilidade de veículos para o transporte das gestantes criava o cenário ideal para o crescimento da prática. Segundo Dona Biu, nos anos 1940 até os anos 1970, *era ele quem fazia os partos* e, na falta do médico, apelava-se para as comadres que faziam às vezes de parteiras.

Nesse período, as crianças das famílias mais humildes não costumavam estudar muito. Até meados dos anos 1980 a Escola Benedito Coutinho só ofertava até a 4ª série do antigo primário, assim, muitos começavam a trabalhar cedo. Como é o caso de Benedito Dionizio, que começou a trabalhar na Usina Sinimbu aos 11 anos de idade. Se alguém quisesse continuar os estudos, teria de matricular-se na Escola Estadual Ana Lins, localizada a cerca de 20km do povoado, no município de São Miguel dos Campos.

Anos depois Dionizio voltaria a estudar e, além da prova de admissão ao “Ginásio” que se fazia na época, teria de aproveitar a carona dos “gaiolões”, caminhões que faziam o transporte de cana, para ir até a cidade – já que a empresa não disponibilizava veículos para o transporte de estudantes até aquele momento. Dionizio relembra que chegava com a camisa branca toda suja por causa do pó da cana que se prendia a ela durante o transporte.

O pouco dinheiro que recebia gastava nos forrós e outros divertimentos que aconteciam na região. Dona Biu relembra que *na rua que a gente morava, um senhor fazia um forrózinho e a gente ia. Posteriormente, fizeram um clube. Mas antes disso tinha o cinema, onde além dos filmes aconteciam as festas de carnaval. Era um barracão, onde tinha o Posto*

²¹ Espaço de Lazer José Silveira Coutinho. O “Levou Tem” era um clube recreativo localizado no Povoado Sinimbu. No início esse espaço era dedicado exclusivamente aos trabalhadores do campo, especialmente aqueles em cargos gerenciais. Construído numa área que fazia parte da casa do gerente agrícola, o espaço contava com duas piscinas, banheiros, cozinha, freezer e uma área coberta com mesas e cadeiras. Posteriormente o espaço foi aberto para o uso da comunidade. O nome surgiu de uma brincadeira entre os frequentadores que afirmava a necessidade de que aqueles que frequentavam o espaço deviam responsabilizar-se pelos itens de consumo pessoal, como comidas e bebida.

de Gasolina, que era da usina, e embaixo era o cinema. De lado tinha uma sorveteria cujo dono era o chefe do escritório, onde eu trabalhei também. Naquele tempo eram muito boas as festas. A gente ia pro forró no Ilha. Saia a pé pro Ilha, juntava uma turma, tudo jovem, e ia, pois, antes, as danças eram diferentes, eram em grupo. Ai tinha uma festinha na casa de um amigo e quem quisesse dançar. Isso era o que existia. Botava aquela radiola, né, e um disco num sei de quem. Quando tinha baile, os caras chamavam a gente e se a gente não fosse, não podia ir com nenhum outro senão dava briga.

Havia ainda as celebrações de Natal e Ano Novo que reuniam toda a comunidade em torno dos festejos patrocinados pela Igreja de São Sebastião, santo de devoção dos proprietários da empresa e padroeiro local. Tinha Pastoril, tinha Guerreiro, tinha Bingo, tinha Parque de Diversões, tinha guloseimas e muita comida.

No dia posterior ao Ano Novo, a empresa cedia um caminhão – eram outros tempos, não havia códigos de trânsito e, aparentemente não havia temor em levar uma multa ou sofrer um acidente – onde todos que quisessem poderiam subir e ir até a praia mais próxima, curar a ressaca e lavar a alma para o ano que se iniciava. *A gente ia pra festa com uma alegria tão grande nesse mundo*, explica Dona Biu – e com dinheiro no bolso, já que, segundo o relato de Benedito Dionizio, *o dono da empresa fazia questão de pagar o 13º antes da festa.*

O mesmo Benedito Dionizio que era “chefe dos apóstolos” na Procissão de São Sebastião, que percorria as principais ruas do povoado. Mas o fervor religioso não durava muito, no máximo até o momento em que reunia um grupo de amigos pra “tomar uma”. Porém, isso durou apenas até o dia em que teve seu encontro com Jesus, numa pequena igreja Assembleia de Deus que, curiosamente, se reunia numa residência na Rua Padre Cícero. Depois daquilo prosseguiu na fé e construiu uma igreja na comunidade, tornando-se uma importante liderança religiosa local.

Mas não era só de festa que vivia o sinimbuense. *De noite a gente se reunia ali na e a gente ficava tudo conversando até tarde da noite. Ia comprar picolé na casa de Dona Luzia, que, na época, a gente chamava de ‘caçamba’, comenta Dona Biu. Nas quartas-feiras à noite, os homens e os meninos se reuniam para assistir os treinos do time de futebol mantido pela empresa. O professor Cristiano Cardoso se lembra dessa época em que ficava *almejando um dia, quem sabe, tá jogando no time da usina, né, mas aí depois eu descobri que a minha habilidade não é o futebol.* A comunidade perdeu um jogador de futebol, mas ganhou um ótimo professor.*

O mesmo ritual se dava aos domingos. Com o mesmo fervor com que se dedicava à

religião, a comunidade se reunia neste dia sagrado para prestar homenagens aos ídolos locais, como Sidvan, Xexeu, Piaba, entre outros. *Até quem não gostava ou não entendia nada de futebol, estava ali. Acompanhando, vibrando com cada gol do time da usina, que vestindo a camisa preta com amarelo vibrava junto conosco*, lembra Cardoso.

Mas não era só campo que a comunidade se reunia. O jogo da paquera se dava nos bailes e *shows* que aconteciam no Clube ARES. No *Hi-Fi* (lê-se Rai Fai), os jovens da comunidade se encontravam para dançar e se divertir ao lado dos amigos da escola. Mas só até às 18h, que era quando encerrava a *Matinê*. Depois disso era a vez dos adultos tomar conta do lugar. Cristiano Cardoso lembra que não se tratava de algo sofisticado, na verdade, *era algo bem rústico até. Os caras colocavam um som lá para tocar as músicas da atualidade, iluminação, mas era a diversão do sinimbuense* nos finais de semana.

Outros eventos que chamavam a atenção dos moradores eram o Desfile Cívico organizado pela direção da Escola Benedito Coutinho, a missa que marcava o início da safra e a confraternização dos trabalhadores que aconteciam no Espaço de Lazer José Silveira Coutinho, mais conhecido como Levou Tem. O espaço foi projetado pelo topógrafo Paulo Santos Filho, ou, simplesmente, Seu Paulo, o qual também tivemos oportunidade de entrevistar para esse projeto.

Aliás, mencionar Seu Paulo, dá a oportunidade de falar brevemente sobre um aspecto ignorado neste trabalho que são as condições de vida dos moradores das fazendas pertencentes a Usina Sinimbu. Havia várias, como Ilha, Jequiá do Fogo, Gravatá, Marcação, Caracuipe, entre outras. Todas tinham sua própria dinâmica, ainda que utilizasse dos serviços que eram ofertados no Povoado Sinimbu, como escola, comércio e posto de saúde.

Seu Paulo e sua esposa, Dona Glória, moraram primeiramente na Fazenda Cacimbão, nas proximidades do Distrito de Luziapolis, em Campo Alegre, que era uma espécie de adubeira da Usina Sinimbu – local onde são armazenados os sacos de adubo fertilizante, testados novos produtos e técnicas de plantio. Posteriormente moraram no Barro Branco, na casa que foi anteriormente ocupada por um dos proprietários da empresa – o que mostra o prestígio gozado pelo profissional. Seu Paulo afirma que sua primeira casa *era uma casinha safada da bixoca*. Porém, naquela região, quase que inteiramente ocupada por trabalhadores rurais, o casal passou a exercer certa liderança. Dona Glória lembra que *a ambulância e assistente social lá do Cacimbão era a gente. Até sobre fertilização, como é que se faz pra evitar filho, até essa função eu fazia. Elas não usavam método anticoncepcional, não compravam remédio porque era caro, aí então eu ensinei a maneira natural de se preservar*.

Quando menstruava, aí vinha pra eu fazer a tabelinha.

Seu Paulo que, na época, possuía um veículo modelo Kombi, afirma que, por conta disso, acabava se tornando responsável, entre outras coisas, em levar as mulheres grávidas que entravam em trabalho de parto para o hospital – visto que era a única pessoa naquela comunidade que possuía o veículo e que “cansou” de dar carona aos moradores da região, mesmo que a empresa proibiu que os veículos da empresa fossem utilizados para fins alheios ao trabalho – o que mostra que a empresa nem sempre foi tão favorável aos seus funcionários (ou os familiares destes) como aqueles que exerceram funções gerenciais gostariam de acreditar.

2.2.5 O Povoado Sinimbu após o encerramento das atividades da empresa

Historicamente, o setor sucroalcooleiro teve um papel destacado na economia alagoana. Contudo, nos últimos anos, vem passando por crises que levaram muitas indústrias a encerrar suas atividades ou mover a produção para estados com maior produtividade e benefícios fiscais – o que afetou consideravelmente as condições socioeconômicas no Estado de Alagoas, visto que com o aumento do desemprego na região, derruba o poder de consumo das famílias e pressiona os programas assistenciais do governo.

É nítido que o setor perdeu a hegemonia que gozava, principalmente “diante do destaque conquistado por outros setores como a construção civil, o comércio e as indústrias que geram cada vez mais empregos no Estado” (OMENA, 2013). Entretanto, é difícil ignorar os impactos dessa derrocada, onde milhares de famílias perderam sua principal fonte de renda. O parque açucareiro alagoano representa apenas 18% do PIB alagoano, atualmente.

Tal cenário, experimentado também pelos ex-funcionários da Usina Cansação de Sinimbu, provocou um êxodo de profissionais em busca de novas oportunidades em outros estados da federação. Segundo Dona Francisca, *uns vão saindo pra fora, outros – que não tem coragem ou costume de sair – ficam levando como Deus quer, se relando até aparecer um serviço*. Sem perspectivas muitos vivem de “bicos”, ou seja, pequenos serviços – em geral, sem carteira assinada e qualquer dos benefícios trabalhistas assegurados àqueles que estão resguardados pela proteção legal.

Outros apelam para a agricultura de subsistência. Ainda segundo Dona Francisca, *muitos aí tem uma roça*. Segundo a idosa, os administradores da massa falida da empresa não se opõem a esse tipo de utilização do solo, desde que restrito ao âmbito da agricultura de

subsistência. *Tendo uma terrinha, eles num empata, não. Na fazenda, a gente sempre tem uma fruta. Aqui na minha casa, mesmo, tem esse pezinho de coco que a gente plantou e umas mangas lá atrás. Ninguém empata de pegar fruta nenhuma, principalmente quem mora dentro do sítio.*

O Povoado Sinimbu é, atualmente, o lar de muitos aposentados – cuja renda faz circular a economia local. Segundo Edmilson da Barraquinha, é a renda percebida por essa parcela da população local que *dá uma segurança maior pra nós comerciantes estar na Sinimbu, porque todo mês tem o salariozinho deles*. Os programas sociais também cumprem um papel importante no sentido de fornecer alguma renda para a população economicamente ativa. Segundo o comerciante, na época de moagem das usinas, muitos jovens que moram na comunidade arrumam emprego nas usinas Caeté (em São Miguel dos Campos), Porto Rico (em Campo Alegre) ou Seresta (em Teotônio Vilela), como safristas. *É quando surge a oportunidades, porque nossa região pra emprego realmente não tá boa*, complementa.

Para Sergio Silva dos Santos (2011, p. 14), o impacto do fechamento das indústrias sucroenergéticas causa um impacto socioeconômico muito profundo nas regiões afetadas que é difícil de ser mitigado. Segundo o autor o desenvolvimento e a formação de Alagoas deve-se em grande medida à produção da cana de açúcar e que tal se transformou numa marca cultural que perdura no tempo. Assim sendo, o estado sofre com a volatilidade do setor, que sofre para competir no mercado internacional, depois da abertura econômica dos anos 1990.

A qualidade de vida no Povoado Sinimbu decaiu bastante por conta do encerramento das atividades da empresa que lhe dava o nome e insuflava-lhe o ânimo. Os moradores, relegados a própria sorte, tentam sobreviver da melhor forma que podem, apegando-se ao lar onde viveram grande parte de suas vidas. Alguns, viveram ali durante toda a vida. Foi no Povoado Sinimbu onde nasceram, cresceram, estudaram, construíram vínculos, vivenciaram amores e decepções, constituíram famílias e enterram parentes. É lá que, alguns, esperam encontrar o descanso final. Entretanto, enquanto vivem, lutam. Lutam pelos direitos que lhe foram negados na rescisão contratual. Lutam contra acordos espúrios. Lutam para manter vivo o legado da Usina Sinimbu. Legado do qual fazem parte, como testemunhas vivas de uma história que não acabou e que não podem deixar esquecer.

3 RELAÇÕES PÚBLICAS E MEMÓRIA: O PAPEL DAS REDES SOCIAIS

O fraco desenvolvimento industrial experimentado pelo Brasil no final do séc. XIX e até meados do séc. XX retardou as iniciativas de Relações Públicas no país. De acordo com Celso Furtado (1976, p. 238), apesar de esse processo ter tido um início concomitante em todas as regiões do país, principalmente após a reforma tarifária de 1844 – quando houve o estabelecimento das primeiras fábricas têxteis no Nordeste – foi somente após a primeira Guerra Mundial que teve lugar a primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial no Brasil, entretanto ainda levaria algumas décadas até o país deixar de ser majoritariamente agrário.

Dado esse cenário, coube às multinacionais de origem estrangeira importar essa estratégia de negócio para o país, como a *São Paulo Tramway, Light and Power Company* ou, simplesmente, *Light*, empresa canadense de energia e bondes elétricos, que se instalou no Brasil em 1899.

É conhecido dos estudantes e profissionais da área o pioneirismo do alagoano Eduardo Pinheiro Lobo, patrono das Relações Públicas no Brasil. Entretanto, naquela época, as práticas de relações públicas eram vistas como rústicos fundamentos de uma filosofia de administração baseada na comunicação, cujo foco estava na realização de certas atividades e que, muitas vezes, se resumia na difusão de informações para os jornais sendo, por causa disso, confundida com o jornalismo empresarial – perspectiva que determinou por muito tempo a percepção dos profissionais de Relações Públicas dentro do ambiente organizacional e na própria academia.

Coube aos profissionais da área demonstrar a abrangência da atividade de Relações Públicas e fornecer a base necessária para a formatação de um campo de estudos, favorecendo o desenvolvimento da pesquisa acadêmica e, conseqüentemente, a publicação de obras que não fossem meros manuais técnicos, mas contribuíssem com novos e variados insights sobre a profissão e a Comunicação Social como um todo. Não podemos esquecer, portanto, nomes como Margarida Kunsch e Roberto Porto Simões. Para a professora Margarida Kunsch as Relações Públicas como área profissional

Tradicionalmente estavam mais centradas no âmbito empresarial e governamental, o mesmo acontecia com a literatura disponível e com a formação universitária, em que a ênfase se voltava mais para esses segmentos. Nas últimas décadas, o panorama mudou. Com o fortalecimento da sociedade civil, a valorização do terceiro setor, o crescimento do número de organizações não governamentais (ONGs), além da existência de inúmeras outras entida-

des com ou sem fim lucrativos, as possibilidades aumentaram muito. Dessa forma, é bastante amplo o campo a ser explorado pelas relações públicas e, conseqüentemente, são bem vastas as exigências que lhe são postas. (KUNNSCH, 2003, p. 90-91)

As conexões com outros campos do conhecimento promoveram uma evolução das Relações Públicas que tornou ultrapassada a visão de uma atividade desenvolvida em conjunto ou mesmo subordinada ao jornalismo, ao marketing ou a publicidade e propaganda. Considerar as Relações Públicas simplesmente como um programa de comunicação significa reduzir suas funções, já que sua prática exige a incorporação de várias áreas para a excelência nos relacionamentos públicos das organizações. A articulação entre disciplinas garante uma riqueza teórica, sendo a conexão das Relações Públicas com a história um exemplo de mais uma contribuição possível. Para Kunsch, tal mudança de perspectiva já é perceptível. Segundo a autora

Especialistas de marketing estão reconhecendo que a atividade de relações públicas vai muito além da simples divulgação ou promoção de produtos, serviços e/ou organizações. O próprio Phillip Kotler, na “edição do milênio” de sua obra clássica Administração de marketing: a edição do milênio, já considera as relações públicas de uma forma mais diferente e abrangente. Em vez de se referir às relações públicas como “enteada” de marketing ou uma simples ferramenta de divulgação, como fazia nas edições anteriores, agora destaca a importância que as organizações devem dar à construção de relacionamentos profícuos com todos os públicos interessados, além dos consumidores, fornecedores e revendedores. (KUNNSCH, 2003, p. 93)

Entretanto, para que possamos avançar é preciso definir claramente o que se pretende dizer quando se utiliza o termo história e quais suas conexões e implicações no campo das Relações Públicas. A História, como campo de conhecimento, faz parte das chamadas Ciências Sociais, já as Relações Públicas, como campo e prática profissional se insere nas chamadas Ciências Sociais Aplicadas, ou seja, trata-se de uma aplicação prática das discussões ensejadas pelas diversas disciplinas abarcadas pelas Ciências Sociais, perpassando desde a Filosofia, História, Comunicação até a Antropologia.

Segundo Marc Bloch (2001, p.67), a história tem por objeto o homem e por isso ela é a ciência que estuda os homens no tempo – pois é no tempo que entendemos os fatos históricos, visto que somente o contexto pode nos auxiliar a compreender os acontecimentos. Os eventos não estão descolados das condições sociais, culturais e econômicas às quais respondem e moldam simultaneamente. Não são manifestações autônomas sem lastro na realidade dos indivíduos e seus fatores circundantes, que, por vezes, atuam como causas determinantes

de suas ações. Como diria Marx, somos frutos de realidades que nos antecedem, sendo tais realidades que condicionam e moldam nossa consciência. (MARX, 1983, p. 24)

Superado esse obstáculo conceitual, é preciso ir mais adiante e estabelecer o que queremos dizer quando utilizamos o termo Relações Públicas, diferenciando o que é a prática, a atividade profissional propriamente dita; e, a disciplina, o campo de investigações científicas e elucubrações teóricas.

Por estar inserida no campo das Ciências Sociais Aplicadas, Relações Públicas não deve ser tomada como mera atividade acessória à atividade empresarial, mas um campo científico específico com objeto e vitalidade próprio. Segundo Roberto Porto Simões, o objeto que determina o campo das Relações Públicas é o que chama de função política. Em seu clássico *Relações públicas: função política*, o autor estabelece que “pode-se concluir que há um ramo da política, designado micropolítica, que trata da relação de poder entre a organização e seus públicos, envolvendo todas as variáveis existentes também no ramo da macropolítica, só que com terminologia diferente, porém sinônima.” (SIMÕES, 1995, p. 39). Tal função é exercida no interstício das relações de poder que se constituem no ambiente organizacional.

A micropolítica é, portanto, o alicerce da atuação do profissional de Relações Públicas. Pois, na hora de construir narrativas que delineiam ações e políticas institucionais, as organizações refletem o contexto maior no qual estão inseridas e confrontam com suas próprias ideologias que, por sua vez, são reelaboradas pelos diversos públicos. Gerenciar essas relações essencialmente conflituosas, já que ambos guardam interesses diversos, é o papel do profissional de Relações Públicas.

Para Simões (2001, pp. 34-35), Relações Públicas divide-se em dois aspectos principais: processo e programa. O processo dá conta dos objetos da disciplina, que, segundo o autor são 1) a organização e os público em estado de sistema e 2) o conflito ou a cooperação em condição de probabilidade iminente. Em sua natureza, se trata de um processo sociopolítico. Já o programa é caracterizado pela ação consciente e intencionada de intervenção humana no processo através da interação política da organização com seus agentes de influência. Neste trabalho, seguiremos tendo essa definição em mente, ainda que o autor reconheça que

o processo de elaboração de uma teoria de Relações Públicas encontra-se no estágio do caos. Há milhões de dados, mas não existe informação, pois a significação dos dados não leva a decisões eficazes no trato com a atividade. Além disso, não há consenso: os membros da comunidade de Relações Públicas interpretam de distintas maneiras os conceitos com os quais lidam e

elaboram proposições teóricas, por vezes, estapafúrdias, partindo de premissas totalmente erradas ou absurdas. (SIMÕES, 2001, p. 25)

Ampliando esse debate acerca da atuação do profissional de Relações Públicas, Paulo Nassar (2007) propõe um trabalho integrado com as diversas dimensões relacionais, entre elas a história. Segundo Nassar, a história é uma dimensão que pode nortear a atividade para além de uma prática comunicacional mercadológica.

As relações que as instituições estabelecem com a sociedade – indivíduos, governos e outras instituições no mercado – geram vivências que são acumuladas como um legado coletivo. Essa troca favorece a construção de representações coletivas que se espraiam numa memória social que é compartilhada pelos membros daquele grupo.

A memória social²² assim constituída contribui para a formação da Memória Institucional cujo papel é ampliar a penetração de uma marca juntos aos seus públicos de interesse, reforçando sua credibilidade e confiança através de sua permanência histórica e presença na comunidade. A Memória Institucional atua ainda no estabelecimento da organização no seu próprio lugar de memória e a forma como pretende ser reconhecida pela sociedade.

Neste contexto, as Relações Públicas trabalham com o planejamento, execução e controle da Memória Institucional das empresas focadas na organização e na eficiência, resgatando informações que auxiliem no processo de recontar a história da instituição e transmiti-la de forma clara e transparente. Neste contexto, Memória institucional é uma prática e um processo, através do qual se desvela a história de uma organização/instituição, reafirmando sua identidade perante o público.

Segundo os pesquisadores brasileiros Ewerton Luis Faverzani Figueiredo e Judite Sanson de Bem,

A memória institucional tem como objetivo dar credibilidade à história de uma empresa, valorizando o trabalho de ex e atuais funcionários e colaboradores, possibilitando a economia de tempo em pesquisa de dados corporativos, reduzindo a inconsistência de informações corporativas e identificando a missão e visão da empresa durante toda a sua trajetória. Como benefícios de um eficiente trabalho de resgate da memória institucional, tem-se a promoção da cultura institucional, a disseminação do histórico de relacionamento com parceiros, a divulgação da cultura de valorização e preservação de documentos, construção da linha do tempo da empresa, seus produtos e serviços, disponibilização da documentação estratégica, identificação do relacio-

²² Para Andreas Huyssen, professor de língua alemã e literatura comparada na Columbia University, “a memória coletiva de uma sociedade não é menos contingente e instável; de modo nenhum é permanente a sua forma. Está sempre sujeita à reconstrução, sutil ou nem tanto. A memória de uma sociedade é negociada no corpo social de crenças e valores, rituais e instituições”. (HUYSSSEN, 2000, p.68)

namento temático entre documentos de diversos tipos, garantia ao acesso restrito a documentos sigilosos e à diminuição do desgaste pelo manuseio de objetos considerados históricos. (FIGUEIREDO; BEM, 2014, p. 69)

Ainda que muitas das informações obtidas no processo de entrevista girem em torno da vida no Povoado Sinimbu, ambos os universos colidem e coligem na construção da Memória Intitucional da Usina Cansação de Sinimbu S/A, já que políticas empresariais refletem diretamente na oferta e qualidade de serviços públicos, nas representações sociais que os indivíduos fazem de si mesmos, bem na vida cultural, política e econômica da comunidade.

Ignorar tais relatos seria prejudicial ao objetivo da pesquisa, ainda que não sejam capazes de dar conta da dinâmica institucional ou da cultura organizacional prevalecente. A utilização de relatos orais como subsídios para o resgate da memória institucional de uma determinada organização amplia a compreensão da responsabilidade das organizações quanto a seu legado histórico, bem como do lugar estratégico do passado e do presente para o futuro dessa organização, ao incorporar vivências e experiências dos indivíduos à imagem organizacional.

A história de uma instituição é parte de seu patrimônio imaterial e como tal deve ser tratada. Porém, é preciso ter em mente os limites dessa metodologia, visto que toda fala carrega consigo seus valores, ideologias e visões de mundo particulares, sendo que tais elementos, invariavelmente, se apegam ao conteúdo narrado. Como afirmam as pesquisadoras Jô Gondar e Vera Doddebei (2005), a memória é uma construção. Quando interrogamos a memória, o que se dá em resposta não é um processo de reconstituição fidedigna do passado, mas uma reconstrução forçosa feita com base nas questões que fazemos hoje e em nossa perspectiva presente. (GONDAR; DODDEBEI, 2005, p. 18)

Um profissional de Relações Públicas se beneficiará bastante se compreender todas as possibilidades comunicacionais que entrevistas aprofundadas com pessoas dos diversos setores de uma organização ensejam, porém, sem ignorar seus limites. Essas citações e frases de efeito fornecem ao profissional de Relações Públicas material em abundância com o qual trabalhar.

3.1 AS MÍDIAS SOCIAIS COMO REPOSITÓRIOS DE MEMÓRIA: O PERFIL PERSON-GENS E HISTÓRIAS

As mídias sociais exercem um papel importante na preservação da memória coletiva de segmentos invisibilizados pela lógica capitalista que – em seu processo de reprodução – promove a exclusão de extensos contingentes de seres humanos do debate público, silenciados e alienados, condenados ao esquecimento pelos imperativos de um pretenso desenvolvimento econômico (LACERDA, 2019, p. 2).

Ainda que tais plataformas digitais tenham sido desenvolvidas no contexto do capitalismo e, de certa forma, estejam submetidos a essa mesma lógica, é útil notar que a apropriação desses espaços por segmentos diversos da sociedade constituiu-se em certa democratização no direito à informação, proporcionando aos segmentos populares a difusão de pautas que, no passado, não encontravam eco nos veículos tradicionais de comunicação. Assim, discursos alternativos passam a ganhar visibilidade. (LACERDA, 2019, p. 4).

Mas apesar da apropriação que é feita pelos indivíduos, segundo Maxwell McCombs (2009), essas plataformas continuam sendo pautadas pelos veículos tradicionais de comunicação – que direcionam o debate público para temas que considera de maior relevância, transformando os sites e aplicativos de redes sociais em meros canais de difusão. O engajamento, antes presumido pela participação dos cidadãos na vida política, hoje é metrificado em cliques, *views* (visualizações), *likes* (curtidas) e compartilhamentos.

Apesar dos inegáveis avanços proporcionados pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), houve um grande custo quanto à qualidade do conteúdo e a forma como essa informação é apreciada. O neurocientista e escritor Nicholas Carr (2011), refletindo sobre como a tecnologia impacta nosso cérebro, cunhou o termo “geração superficial” (“the shallows”, no original em inglês) para designar as pessoas que vivem sob esse fluxo intenso de informações proporcionado pela internet.

Segundo o autor, as tecnologias que usamos para encontrar, estocar e compartilhar informação podem, literalmente, reorganizar as rotas das nossas conexões neurais, o que teria nos tornado mais superficiais na forma como lidamos com a informação, menos atenciosos e sem a disposição necessária para se aprofundar em temas complexos de uma forma séria.

Como sugeriu McLuhan, os meios não são meramente canais de informação. Fornecem o material para o pensamento, mas também moldam o processo do pensamento. E o que a net parece estar fazendo é desbastar a minha capacidade de concentração e contemplação. Quer eu esteja on-line quer não, a minha mente agora espera receber informação do modo como a net a distribui: um fluxo de partículas em movimento veloz. Antigamente eu era um mergulhador em um mar de palavras. Agora deslizo sobre a superfície como um sujeito com um jet ski. (CARR, 2011, p. 14)

Porém, o professor Cristiano Cardoso, anteriormente citado neste trabalho, vê com euforia a emergência das redes sociais na *internet* e, atualmente, a popularização das mídias sociais, principalmente, pela capacidade de aproximar as pessoas e por ser tratar de plataformas relativamente seguras – em termos de durabilidade – para armazenar essas histórias, visto que são servidores descentralizados e o desaparecimento daquela informação é, virtualmente, impossível – a não ser no caso de um evento catastrófico de proporções globais. *Cada época teve a sua tecnologia. Eu sou nostálgico, mas eu não me apego à tecnologia antiga. A nostalgia serve pra te lembrar de coisas que te fizeram felizes, dos momentos felizes, mas você não vai viver na nostalgia*, explica.

Cristiano Cardoso é fundador do perfil “Personagens e Histórias” (@personagensehistorias), criado em agosto de 2020 ao lado de Leonel Lopes Alves, estudante do curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Alagoas. A página utiliza a plataforma do *Instagram*, focada na publicação de fotos e vídeos, para promover o resgate da memória coletiva dos moradores do Povoado Sinimbu em paralelo com a história da empresa que lhe nomeia.

Os fundadores da página²³ (ou “ig”, no jargão dos usuários do *Instagram*) são ex-moradores do referido povoado, entre o final dos anos 1980 até meados dos anos 2000, e, por certo período, foram também funcionários da empresa, mas possuem laços afetivos e profissionais de longa data com aquela comunidade. O *ig* surgiu a partir de discussões de um grupo de amigos no aplicativo *WhatsApp*.

Reunidos em torno do grupo “Turma do Castelo”, os participantes perceberam a riqueza das histórias que permeavam aquele lugar. O grupo foi criado para congregar ex-alunos da Escola de 1º e 2º Graus Benedito Silveira Coutinho, que estudaram entre fins dos anos 1980 e início dos anos 2000²⁴.

Cada nova membro trazia consigo uma vasta gama de novos relatos que construíam um mosaico multifacetado de experiências de vida, algumas vezes acompanhados de registros fotográficos. Segundo o criador, *uns amigos antigos fizeram esse grupo como uma forma de reencontrar a turma, reencontrar os colegas da época e nesse grupo começou a se discutir essas histórias, levantar essas experiências que foram vividas e uma coisa foi levando a outra, quando eu olhei o grupo tava enorme*.

²³ Neste trabalho os termos “ig”, “página” e “perfil” são utilizados como sinônimos.

²⁴ O termo “Castelo” remete a arquitetura única do prédio da escola construído em 1943 – que inicialmente se chamava Escola Maurice Griffith Williams – e parece um castelo medieval, principalmente quando visto pelos olhos deslumbrados de uma criança.

O *Instagram* foi escolhido como a plataforma ideal para dar visibilidade a esses relatos, visto que é uma das mídias sociais em maior evidência no Brasil – sendo a rede com o maior número de usuários ativos e com maior engajamento no país²⁵. Para Cristiano Cardoso, *diferentemente do Orkut²⁶ (que encerrou suas atividades em 2014) e do Facebook que perde popularidade entre os mais jovens, o Instagram, hoje, oferece tantos serviços, tanta coisa, que ele não vai acabar assim, eu acho que ele só cresce.*

O objetivo da página é contar a história de gente comum. Não é sobre prédios ou instalações industriais – ainda que tais equipamentos ofereçam o contexto necessário para esse exercício intelectual. O legado empresarial, social e cultural da Usina Cansação de Sinimbu S/A é rico o suficiente para preencher dezenas de livros, mas, o foco da página está nas pessoas. São elas que movem as máquinas, que habitam as casas, que trabalham nos campos e nos escritórios.

Segundo o criador do perfil, *a página teve um grande impacto entre os ex-moradores e moradores atuais do povoado, ex-funcionários e demais interessados na história da empresa e na exploração da monocultura canavieira, já que, involuntariamente, a página ajudou a aprofundar o debate sobre o tema, reconstituindo cenas de um momento histórico muito significativo e que deixou marcas profundas no estado de Alagoas.* A página tem se consolidado, ainda, como espaço de diálogo e informações, possibilitando o reencontro de amigos há muito separados.

Em torno dessas iniciativas possibilitadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação se constitui verdadeiras redes de relacionamentos, afetos e solidariedade que se conformam numa rede social, no sentido estrito do termo²⁷, que não depende de contiguidade geográfica para sua existência e manutenção. Segundo a pesquisadora Raquel Recuero,

Uma das primeiras mudanças importantes detectadas pela comunicação mediada por computador nas relações sociais é a transformação da noção de lo-

²⁵ “O Instagram pode até não ser a rede social que tem o maior número de usuários e nem a que tem a maior quantidade de conteúdo postado. Porém, quando se trata de **Engajamento**, o Instagram sai à frente até mesmo das mais tradicionais *Twitter* e *Facebook*. Pelo menos, essa foi a conclusão a que chegou a empresa global da análise de mídias sociais **SocialBakers**. A empresa identificou que a interação dos usuários é significativamente maior no Instagram do que nas outras redes que foram analisadas.” (MOOSE MÍDIA, 2021)

²⁶ Site de relacionamentos filiado ao Google criado por Orkut Buyukkokten, engenheiro da empresa, como um projeto experimental. Iniciou suas atividades em 24 de janeiro de 2004 e foi encerrado em 30 de setembro de 2014. Muito popular no Brasil, em seu auge chegou a ter 30 milhões de usuários inscritos no país.

²⁷ “Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais) (Wasserman e Faust, 1994; Degenne e Forse, 1999). Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões.” (REQUERO, 2009, p. 24)

calidade geográfica das relações sociais, embora a Internet não tenha sido a primeira responsável por esta transformação. O processo de expansão das interações sociais começa com o surgimento dos meios de transporte e de comunicação, como assinala McLuhan (1964). O início da aldeia global é também o início da desterritorialização dos laços sociais. O advento das cartas, do telefone e de outros meios de comunicação mediada iniciam as trocas comunicacionais, independentes da presença. (...) Castells (2003, p.106) explica que o desaparecimento do “lugar” geográfico como forma de sociabilidade não é um elemento recente, mas que nada tem a ver com o advento exclusivo da Internet. (RECUERO, 2009, p. 135)

Uma vez articuladas dessa forma, as mídias sociais se tornam ferramentas inestimáveis de reconstrução da memória e, finalmente, um repositório delas, já que nessas plataformas, por meio da interação dos indivíduos e dos usos que eles dão, cenas da história social são reconstituídas qual fragmentos que se juntam para construir um mosaico multifacetado de experiências, que são reelaboradoras e ganham forma através das trocas que ali acontecem.

Além do perfil Personagens e Histórias, há ainda, no Facebook, a página “Amigos da Usina Cansação de Sinimbu”, que congrega milhares de ex-funcionários da empresa e moradores antigos e atuais do Povoado Sinimbu. Essa página tem se destacado como repositório de histórias, principalmente pelo fato desta plataforma ser utilizada principalmente por pessoas mais velhas²⁸ que, normalmente, conhecem mais a fundo a história da empresa e do lugar.

Mas, enquanto as redes sociais referem-se a qualquer conexão interpessoal, as redes sociais digitais pertencem ao universo da *web*, sendo compostas pelas conexões que se estabelece na Internet. O *Facebook*, o *Instagram* e o *Twitter* são exemplos de redes sociais digitais. Antes do surgimento da Internet, as pessoas dependiam apenas de redes sociais localizadas para obter suas informações. Eles confiavam nas pessoas ao seu redor e naqueles com quem interagiam regularmente.

A internet, no entanto, levou ao surgimento de redes sociais mais amplas e robustas. Tais plataformas permitem que ideias e informações fluam livremente entre indivíduos que talvez nunca tenham se conhecido pessoalmente, mas que estão conectados por interesses profissionais ou pessoais. Porém, tais interesses não são estáticos e podem mudar, mesmo, a natureza dessa rede expressa na formatação de novas dinâmicas. Para Recuero,

²⁸ Segundo Niall McCarthy, em matéria publicada na Forbes, “os jovens formam o principal público a migrar para outras redes, enquanto pessoas com mais de 55 anos estão se inscrevendo no Facebook. Em 2017, a Edison Research descobriu que 79% do grupo demográfico de 12 a 34 anos usava o Facebook, índice que caiu para 62%. Os usuários na faixa etária de 35 a 54 anos eram 72% em 2017. No ano passado, eles caíram para 69% e permanecem assim em 2019. Os dados também mostram que a proporção de pessoas com mais de 55 anos que usam o Facebook cresceu de 49% para 53% entre 2017 e 2019. Não é de admirar que todos os adolescentes se queixem dos pedidos de amizade de pais, tias e tios.” (MCCARTHY, 2019)

Uma rede social, mesmo na Internet, modifica-se em relação ao tempo. Essas modificações constituem-se também em um padrão importante para a compreensão dessa rede (Thacker, 2004a e 2004b) e devem ser levadas em conta. Essas dinâmicas são dependentes das interações que abarcam uma rede e podem influenciar diretamente sua estrutura. (RECUERO, 2009, p. 79)

Assim, o impacto real das redes sociais digitais nas interações *offline* não é totalmente compreendido. Isso ocorre porque o fenômeno é muito novo para ter sido totalmente pesquisado e há fortes opiniões sobre se ações nesses canais são eficazes ou não. Além disso, muitos profissionais de Relações Públicas ainda utilizam essas ferramentas como meros veículos promocionais, aliados ao Marketing e a Propaganda, ignorando que tem em suas mãos (literalmente) ferramentas poderosos de gestão de relacionamento com os públicos de interesse da organização.

O que a experiência das páginas que recontam a história da Usina Cansanção de Sinimbu na internet demonstrou é o poder de mobilização de tais plataformas, organizando indivíduos dispersos em torno de objetivos comuns, na reconstituição paulatina de histórias individuais que são experimentadas sob um pano de fundo coletivo – a organização. Tal fluxo de energias compartilhadas, quando aproveitado num planejamento integrado de Relações Públicas, pode cooperar com a realização da missão organizacional, dando maior clareza aos colaboradores dos objetivos institucionais e inculcando um sentimento de pertencimento que favorecerá a adesão e interiorização da cultura organizacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tentou descortinar a relação entre história local e memória institucional, utilizando como pano de fundo a história da Usina Cansação de Sinimbu e seu povoado.

No primeiro capítulo, discutimos brevemente acerca do que é História Oral (HO), como se dá a sua utilização no processo de recolhimento de relatos orais e o seu papel enquanto metodologia de pesquisa. Ainda que o foco desse trabalho não seja HO, essa abordagem foi importante para nos dar um panorama geral sobre os usos, desusos e limites dessa ferramenta para reconstituição da memória de indivíduos e comunidades. Descobrimos, por exemplo, que a fala é área complexa, carregada de ideologia, e que sua utilização desse ser tratada com cuidado, visto que as respostas dadas numa entrevistas não são como retratos estáticos de uma realidade passada, mas são reconstruções que atendem demandas do presente.

Mas adiante, discutimos a relação entre memória coletiva, individual, social e o papel que desempenham na construção da Memória Institucional. Primeiramente, foi importante estabelecer a diferença entre cada uma dessas memórias, como atuam nos indivíduos e na comunidade e estabelecer como a Memória Institucional atua sobre elementos por elas fornecidos.

Foram trazidos, ainda, alguns *insights* de pensadores como Halbwachs e Pollack. Na discussão estabelecemos que a memória pode ser concebida como uma imagem compartilhada do passado, que fortalece os valores, características, bem como o vínculo social e afetivo entre os membros de determinado grupo, uma vez que todos eles possuem uma memória, uma imagem do passado que lhes é em comum.

Consequentemente, percebemos que a memória coletiva ou social é um fator substancial para a consolidação da identidade de um grupo social, assim como sua continuação, ainda que, segundo o autor, a identidade coletiva preceda a memória. Observamos, assim, que a memória, seja ela individual ou coletiva, está muito próxima da construção da identidade – sendo esse o fator necessário para [re]construção ou constituição da Memória Institucional de uma organização, já que esta reflete a experiência social dos indivíduos em sua formação.

No segundo capítulo, discutimos os resultados das entrevistas. O texto foi escrito de tal forma que fosse lido como uma apresentação da história da Usina Cansação de Sinimbu e do Povoado Sinimbu. As falas dos entrevistados forneceram a maior parte das informações ali

colocadas, que foram comparadas com citações de autores que analisam o fenômeno da monocultura canavieira, entre outros, o que nos proporcionou a possibilidade de construir um quadro abrangente sobre a empresa, suas políticas e a vida no povoado, bem como a forma que tais políticas afetavam os residentes.

Por fim, o terceiro capítulo cita as iniciativas de mídias sociais que foram a inspiração desse trabalho. Foi possível ver a forma como os indivíduos estabelecem conexões e utilizam essas plataformas para o resgate da própria história. Quando utilizadas pelo profissional de Relações Públicas, tais mídias podem ser de fundamental importância para trabalhar a memória institucional de uma determinada organização. No caso da Usina Sinimbu, após o encerramento das atividades da empresa, essas plataformas se tornaram espaço privilegiado para manutenção de sua história, seja através da divulgação de relatos ou vídeos e fotografias que registravam o dia a dia da comunidade e da empresa.

Reconhecer que essas mídias podem ser mais que mero entretenimento, mas verdadeiros repositórios de memória, favorecerá o profissional de RP no seu esforço de reconstrução do passado e na possibilidade de estabelecer perspectivas para o futuro das organizações. Tal esforço de vasculhar os recônditos da memória pode trazer grandes e enriquecedoras surpresas em termos de [auto]conhecimento para a organização e a comunidade.

Assim, é possível valer-se da história local como subsídio para a reconstrução da Memória Institucional, desde que se trate com cuidado os relatos orais colhidos durante as entrevistas, sempre comparando com outras fontes documentais existentes e bibliografia pertinente. A principal vantagem dessa metodologia é que ela oferece ao profissional de Relações Públicas um olhar mais humanizado ao processo de desenvolvimento histórico de uma organização, favorecendo a construção de narrativas que mais conectadas com a perspectiva daqueles que a constroem no dia a dia. É, ainda, um mecanismo valioso para a correção de posturas e políticas institucionais – quando forem identificados problemas.

Como as mídias sociais favorecem essa busca por informações? As iniciativas memorialísticas tendo como suporte as mídias sociais ajudam no trabalhoso processo de encontrar personagens que possam enriquecer as narrativas institucionais com depoimentos, fotografias, vídeos e outros registros privados produzidos pelos próprios indivíduos – documentos que ampliam nossa compreensão da Memória Institucional.

Por sua natureza dialógica, as mídias sociais promovem um espaço de cooperação sem precedentes, onde os indivíduos se filiam por laços de afinidade e compartilham sua história. Tais espaços são, na maioria das vezes, isentos de custo e sua utilização pelo profissio-

nal de Relações Públicas pode configurar uma nova e surpreendente forma de atuação nos ambientes *online* e *offline*.

Para tanto, é necessário compreender como funciona cada plataforma, mergulhando nesse ambiente de forma definitiva – não apenas como ferramenta para o desenvolvimento de ações, mas como o espaço híbrido de realidade onde as coisas acontecem. Encetando, por fim, aquilo que Matt Haigh chamou de “e-PR” num artigo datado do ano 2000 (mas que, em linhas gerais, permanece atual), significando o “e” tanto *eletronic* (eletrônico), quanto de *everything* (todo lugar), já que este novo profissional de Relações Públicas precisa estar em todos os lugares, ou seja, em todas as plataformas (HAIGH, 2000 apud ELIAS, s/d, p. 7).

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Arthur de. **Efeitos da abertura econômica no Brasil dos anos 1990 em duas perspectivas comparadas**. Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR. Vol. 1, nº 2, Santa Catarina: 2013. Pp. 97-127.

BITENCOURT, Kueyla de Andrade; SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. Os marcos sociais da memória e a experiência da transexualidade. In: **Relações de gênero e as subjetividades em contextos culturais**. Ponta Grossa: Atena, 2020. Disponível em <<https://sistema.atenaeditora.com.br/index.php/admin/api/artigoPDF/33602>>. Acesso em 20 nov. 2021, às 11h31.

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: **Apologia da História ou O ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

CARR, Nicholas. **A geração superficial: o que a internet está fazendo com nossos cérebros**. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MÉLO, José Luiz Bica de. **A técnica da entrevista na pesquisa social**. In: Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, Vol. 9, p. 143. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PESQUISA%20EM%20GEOGRAFIA/A%20t%E9cnica%20da%20entrevista%20na%20pesquisa%20social.pdf>. Acesso em 26 nov. 2021, às 09h42.

CORREIA, Rosa Lucia Lima da Silva. **Como os nêgos dos Palmares: uma nova história de resistência na Serra da Barriga**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2016.

ELIAS, Herlander. **e-RP: as relações públicas na era da internet**. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/elias-herlander-relacoes-publicas-era-internet.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2021, às 15h45.

ESPM. **Transcrição de entrevistas.** Disponível em < https://normas-abnt.espm.br/index.php?title=Transcri%C3%A7%C3%A3o_de_entrevistas>. Acesso em 26 nov. 2021, às 10h11.

EXAME. **Como a internet está matando a democracia.** 2019. Disponível em <<https://exame.com/tecnologia/como-a-internet-esta-matando-a-democracia/>>. Acesso em 05 out. 2021, às 09h43.

FIGUEIREDO, Ewerton Luis Faverzani; BEM, Judite Sanson de. **A memória institucional e as relações públicas.** Connexio – Revista Científica da Escola de Gestão e Negócios. Universidade Potiguar. Ano 3, nº 1, ago.2013 / jan.2014, pp. 65-75.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

FERREIRA, Sandro de Souza. **O conceito de pessoa e sua extensão a animais não humanos.** Revista Controvérsia. V.1 nº 2, jul-dez 2005. Disponível em <<http://www.controversia.unisinos.br/index.php?a=49&e=2&s=9>>. Acesso em 19 nov. 2021, às 18h57.

FREITAS, Sônia. **História oral: possibilidades e procedimentos.** São Paulo: Humanitas; I.O.E., 2002.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 14ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

GENEALOGIA PERNAMBUCANA. **Benedito da Silveira Coutinho.** Disponível em <<http://www.araujo.eti.br/familia.asp?numPessoa=22191&dir=genxdir/>>. Acesso em 19 out. 2021, às 16h57.

GRAEFF, Lucas; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. **Maurice Halbwachs: dos quadros sociais à memória coletiva.** Disponível em

<https://www.academia.edu/42731412/Maurice_Halbwachs_dos_quadros_sociais_%C3%A0_mem%C3%B3ria_coletiva?pop_sutd=true>. Acesso em 26 nov. 2021, às 16h54.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. (Orgs.) **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

ICHIKAWA, Elisa Yoshie; SANTOS, Lucy Woellner dos. **Contribuições da história oral à pesquisa organizacional.** Disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2003-epa-0186.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2021, às 13h10.

INFORME CADASTRAL. **Usina Cansação de Sinimbu S/A – Em Recuperação Judicial.** Disponível em <<https://www.informecadastral.com.br/cnpj/usina-cansacao-de-sinimbu-sa-em-recuperacao-judicial-12272498000120>>. Acesso em 26 out. 2021, às 11h33.

KROEFF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. **Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção.** In: Estudos e Pesquisa em Psicologia, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 2, p. 464-480, 2020. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/52579/34238>>. Acesso em 26 nov. 2021, às 09h55.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada.** Ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Summus, 2003.

LACERDA, Eliane Muniz. **Democratização da comunicação e emancipação do sujeito: um estudo sobre as publicações da rede Jornalistas Livres.** Disponível em:

<http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT4/gt4_Lacerda.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021, às 9h45.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Kindle Edition.

LIMA, Araken Alves de. **A evolução da agroindústria canavieira alagoana: da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) ao processo de modernização da década de 1960**. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_araken_alves_lima_a-evolucao-da-agroindustria-canavieira-alagoana-da-criacao-do-instituto-do-acucar-e-do-alcool_iaa_ao-processo-de-modernizacao-da-decada-de-1960.pdf>. Acesso em: 26 out. 2021, às 18h48.

MAGALHAES, Wallace Lucas. **O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bourdieu**. Albuquerque – Revista de história. Vol. 8, n. 16. jul.-dez./2016, p. 92-110.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MCCARTHY, Niall. O Facebook está se tornando reduto dos mais velhos?. Disponível em <<https://forbes.com.br/colunas/2019/03/o-facebook-esta-se-tornando-uma-rede-para-o-publico-mais-velho/>>. Acesso em 28 nov. 2021, às 22h34.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

MOOSE MÍDIA. **O Instagram já é a rede social com maior nível de engajamento dos usuários**. 2021. Disponível em <<https://moosemidia.com.br/o-instagram-ja-e-a-rede-social-com-maior-nivel-de-engajamento-dos-usuarios/>> . Acesso em 26 nov. 2021, às 11h16.

MOREIRA; Mauricio Mesquita. **Estrangeiros em uma economia em abertura: impactos recentes sobre a produtividade, a concentração e o comércio exterior**. In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA; Mauricio Mesquita. (Orgs.) A economia brasileira nos anos 90. 1. ed. – Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

MOURA, Gerinaldo. **O barracão da Usina São Francisco**. Navegos. Disponível em <<https://www.navegos.com.br/o-barracao-da-usina-sao-francisco/>>. Acesso em 22 out. 2021, às 09h13.

NASSAR, Paulo. **Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2007.

OMENA, Ana Paula. **Atividade da cana-de-açúcar perde espaço em Alagoas**. Disponível em <<http://valeagoraweb.com.br/economia/atividade-da-cana-de-acucar-perde-espaco-em-alagoas/>>. Acesso em 24 nov. 2021, às 15h36.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social: estudos históricos**. Revista Estudos Históricos, CPDOC/FGV Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SANTOS, Sérgio Silva dos. **O cultivo da cana-de-açúcar no estado de Alagoas: uma análise comparativa dos efeitos da mecanização no estado de São Paulo**. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9843/3/2011_SergioSilvadosSantos.pdf>. Acesso em 20 de nov. 2021, às 18h36.

SENADO FEDERAL. **CPI da pandemia**. Disponível em <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>>. Acesso em 27 nov. 2021, às 22h15.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs: memória coletiva e experiência**. Psicologia USP, v.4, n.1-2. São Paulo, 1993. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013>.

Acesso em 26 nov. 2021, às 09h13.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações públicas: função política**. 3ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Summus, 1995.

_____. **Relações públicas e micropolítica**. São Paulo: Summus, 2001.

VIEIRA, Roberto; VIEIRA, Ana. **Entrando no interior da escola: etnografia e entrevista etnográfica**. Revista Contemporânea de Educação, v. 13, n. 26, jan/abr 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20500/rce.v13i26.14641>>. Acesso em: 26 out. 2021, às 10h38.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas

ROTEIRO DE PERGUNTAS

1. NOME COMPLETO, APELIDO
2. DATA E LOCAL DE NASCIMENTO, IDADE NA DATA DA ENTREVISTA
3. ESTADO CIVIL, NOME DO CONJUGE EOU FILHOS CASO HOUVER, IRMAOS, ETC
PROFISSÃO
4. DESDE QUE ANO VOCE VIVE OU VIVEU NO POVOADO SINIMBU
5. CONTE UM POUCO ACERCA DA SUA FAMILIA, INFANCIA E JUVENTUDE
6. DESCREVA A OU AS CASAS EM QUE VIVEU, A VIZINHANÇA, QUALIDADE DA MORADIA, RUA, ETC
7. DESCREVA COMO ERA A VIDA NO POVOADO SINIMBU. ATIVIDADES SOCIAIS E ECONOMICAS, EVENTOS CULTURAIS, ESPORTIVOS E RELIGIOSOS, VIDA ESCOLAR, COTIDIANO, ETC
8. VOCE TRABALHOU NA USINA, COM QUE IDADE, QUAIS FUNÇÕES EXERCEU E POR QUANTO TEMPO
9. DESCREVA O AMBIENTE DE TRABALHO, ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, COMPANHEIROS DE TRABALHO E O COTIDIANO DA EMPRESA
10. NO MEIO ACADEMICO HA UM CONSENSO DE QUE A EXPLORAÇÃO DA MONOCULTURA CANAVIEIRA FOI PREJUDICIAL AO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E CAUSA DE SUA POBREZA, COMO AVALIA A ATUAÇÃO DA EMPRESA, ELA PRATICAVA EXPLORACAO
11. EM TEMPOS DE POLITICA A EMPRESA EXERCIA PRESSAO PARA VOTAR EM CANDIDATOS DE INTERESSE
12. QUAIS ERAM AS CONDIÇÕES DE TRABALHO, MORADIA E EQUIPAMENTOS URBANOS OFERECIDO PARA OS TRABALHADORES
13. CONTE SOBRE MOMENTOS QUE FORAM ESPECIALMENTE MARCANTES PARA VOCE ENQUANTO VIVIA OU TRABALHAVA NA SINIMBU
14. CONTE SOBRE PESSOAS QUE MARCARAM NA SINIMBU E PORQUE
15. QUAL O SENTIMENTO COM O ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES, VOCE IMAGINAVA QUE A EMPRESA VINHA MAL, HAVIA COMENTARIOS DE BASTIDORES
16. VOCE RECEBEU SEUS DIREITOS TRABALHISTAS
17. COMO VOCE DEFINIRIA SUA RELACAO COM A EMPRESA E O POVOADO
18. QUAIS ATIVIDADES DESENVOLVE ATUALMENTE
19. COMO SURTIU A IDEIA DE FAZER A PAGINA, QUAL A REPERCUSSAO E QUAIS SAO OS RESULTADOS ALCANÇADOS
20. COMENTE SOBRE A IMPORTACIA DE MANTER A HISTORIA VIVA
21. QUAL O LEGADO DA USINA SINIMBU PARA A HISTORIA ECONOMICA, SOCIAL E CULTURAL DE ALAGOAS, SE É QUE HÁ ALGUM

ANEXOS**ANEXO A – Fotografias**

Escola Municipal Benedito Silveira Coutinho, em 2019. (Fotografia capturada por Leonel Alves)



Professora e alunos posam para fotografia na Escola Benedito Silveira Coutinho, em meados dos anos 1980. (Fotografia gentilmente cedida por Benedita Maria Silva Barros)



O Comendador Antônio Silveira Coutinho, proprietário da Usina Cansação de Sinimbu, ao lado de sua esposa Lucia, no final dos anos 1980. (Fotografia gentilmente cedida por Lucia Coutinho)



A Casa Grande, construída em 1943, foi o lar dos proprietários da Usina Cansação de Sinimbu. Foto do início dos anos 2000. (Fotografia gentilmente cedida por Paulomar Merengue)



O futebol era uma fonte de grande alegria para a comunidade do Povoado Sinimbu e era praticado tanto por homens, quanto mulheres. (Fotografia gentilmente cedida por Sidvan Alves)



Fotografia gentilmente cedida por Edilene Mary.



Procissão de São Benedito, santo de devoção dos proprietários da Usina Cansanção Sinimbu e padroeiro da comunidade. Registro feito no final dos anos 1970. (Fotografia gentilmente cedida por Benedito Dionizio)



Rua do Grupo, Povoado Sinimbu, 2019. (Fotografia capturada por Leonel Alves)



A Usina Cansanção de Sinimbu, no início do séc. XX. (Reprodução da internet)



Vista aérea da Usina Cansanção de Sinimbu, em 2005. (Reprodução da internet)



Caminhões aguardam para descarregar cana, durante moagem. Foto de meados dos anos 1990. (Fotografia gentilmente cedida por Benedita Maria)



Funcionários da indústria, início dos anos 2000. (Fotografia gentilmente cedida por Paulomar Merengue)



Entrevista com Silvano Alves, em 2021. (Fotografia de Jessica Alves)



Ciço Veneno com a esposa, Dona Biu, e o filho especial Breno, após a entrevista realizada em 2021. (Fotografia capturada por Leonel Alves)